

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RONALDO HISSAO KATAYAMA

IMPORTA FÁCIL PARA EMPREENDDORES

CURITIBA

2014

RONALDO HISSAO KATAYAMA

IMPORTA FÁCIL PARA EMPREENDEDORES

Monografia apresentada ao curso de especialização em Contabilidade e Finanças, Setor Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Prof. Orientador: Eloy Eros da Silva Nogueira

CURITIBA

2014

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
1. INTRODUÇÃO	6
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA	6
1.2. OBJETIVOS	7
1.2.1. Objetivo Geral.....	7
1.2.2. Objetivo Específico	7
1.3. JUSTIFICATIVA	8
1.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	9
2. O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O PROTECIONISMO	11
2.1. PROTECIONISMO E <i>DUMPING</i> COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	11
2.2. REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	14
2.3. BARREIRA AO COMÉRCIO INTERNACIONAL	18
2.3.1. Barreiras tarifárias	19
2.3.2. Barreiras não-tarifárias	20
2.3.2.1. Barreiras técnicas.....	20
2.3.2.2. Subsídios.....	22
2.3.2.3. Quotas de importação	23
2.3.2.4. Taxas múltiplas de câmbio	24
2.3.2.5. Licenças de Importação e Exportação	24
2.3.2.6. Barreiras ecológicas	25
2.3.2.7. Barreiras burocráticas	25
2.3.2.8. Barreiras sanitárias.....	26
2.3.2.9. Dumping social	27
2.4. Desvios de modelos de comércio livre	27
2.4.1. Monopólios	28

2.4.2.	Dumping	28
2.4.3.	Oligopólio.....	29
2.4.4.	Trust	30
2.4.5.	Cartel	30
3.	METODOLOGIA.....	32
4.	EMPRESAS BRASILEIRAS E AS IMPORTAÇÕES	34
4.1.	SERVIÇO IMPORTA FÁCIL.....	36
4.2.	SITES INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO ONLINE.....	39
4.3.	PROCEDIMENTOS INICIAIS DA IMPORTAÇÃO.....	41
4.3.1.	Documentos Necessários a Importação	43
4.3.2.	Importa Fácil: PASSO A PASSO	49
4.4.	DIFICULDADES NA IMPORTAÇÃO	66
4.5.	BUSCANDO INFORMAÇÕES NOS CORREIOS.....	71
4.6.	RESPONDENDO AS PERGUNTAS PARADIGMAS	73
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
5.1.	CONCLUSÃO	86
5.2.	LIMITAÇÃO DESSE TRABALHO	88
5.3.	RECOMENDAÇÕES.....	89
	REFERÊNCIAS.....	90
	ANEXOS	95

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas por empreendedores nas atividades de importação. A análise das dificuldades tem o foco de caracterizar a natureza desses obstáculos encontrados pelos empresários, se essas dificuldades são decorrentes da legislação com excesso de burocracia e tarifas ou são causadas por falta de acesso a informações sobre os procedimentos de importação. Inicialmente será apresentada uma análise teórica do protecionismo e de suas formas de serem praticadas. Após fazer uma análise teórica das barreiras a entrada é apresentada a evolução de sua regulamentação desde a sua origem, abrangendo sua conceituação e os problemas que surgiram ao longo das negociações comerciais. O arcabouço analítico estruturado dessa revisão é transferido para um estudo das atuais políticas de defesa comercial do atual governo, e como as pequenas e médias empresas que participam do comércio mundial estão lidando e sendo afetadas por tais medidas. Também sendo analisadas as dificuldades enfrentadas pelos empreendedores na importação baseando se em dúvidas colhidas nos sites de fóruns e informações disponibilizadas e levantadas com os órgãos governamentais que participam e regulam as atividades de importação no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O comércio internacional tem como base as transações comerciais entre os países. Após as empresas multinacionais se lançarem em busca de novos mercados consumidores no exterior, o aumento da concorrência fez com que essas empresas buscassem baratear cada vez mais os custos de seus produtos. Muitas delas passaram a transferir a produção de suas mercadorias para diferentes países, com o objetivo de reduzir ao máximo os custos, optando por países onde a mão-de-obra, a matéria-prima e a energia são mais baratas.

No processo de expansão do comércio internacional a importação tem se mostrado uma atividade cada vez mais comum entre empresas brasileiras, porém, por falta de uma orientação mais especializada, têm ocorrido casos em que a empresa sofre prejuízos por desconhecerem os custos totais do processo de importação e avaliarem errado o valor final das mercadorias importadas.

Essas dificuldades são enfrentadas principalmente pelas pequenas e médias empresas instaladas no Brasil, que sem disponibilidade de um grande capital e mão-de-obra especializada, não tem a mesma infraestrutura para participar desse comércio internacional. Para facilitar e permitir que as empresas de pequeno porte possam participar desse comércio, os Correios criaram um serviço chamado Importa Fácil, em que oferecem serviço de desembaraço para as remessas com reduzido valor e quantidade dessas empresas. Porém, mesmo com esse serviço dos correios, há algum tipo de barreira a que muitos empresários estão tendo dificuldade de superar.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Por que esta havendo dificuldades na utilização do Importa Fácil, se o serviço foi criado exatamente para facilitar a atividade de importação?

Os órgãos governamentais são muito fechados e de difícil acesso. É difícil, por exemplo, para um importador saber se seu produto está parado na Receita Federal do Brasil ou nos Correios. Há muita pouca transparência de informação por parte desses órgãos governamentais.

Nos sites de fóruns, como não é possível conhecer os participantes, não tem como saber se eles chegaram a buscar informações sobre o serviço Importa Fácil nas fontes oficiais antes de colocarem suas dúvidas nos fóruns.

Apesar dos dados sobre a dificuldade na utilização do Importa Fácil ser de participantes de fóruns, a conclusão da pesquisa é feita puramente baseado em dados teóricos. Por tanto, não sendo possível trabalhar com dificuldades imprevisíveis ao procedimento padrão de utilização do serviço.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Verificar os motivos e a natureza dos problemas encontrados pelos empreendedores na importação através do serviço Importa Fácil dos Correios.

1.2.2. Objetivo Específico

Os objetivos específicos delineados para alcance do objetivo principal do trabalho podem ser divididos em:

- Identificar as fontes públicas de informações desse serviço e os espaços de questionamento e debate usados pelos prospectivos usuários;
- Analisar a oferta de informações sobre o Importa Fácil para pessoas físicas e jurídicas que não tenham acesso a serviços ou especialistas no assunto;
- Identificar e analisar as dificuldades, dúvidas e interpretações.
- Analisar as dificuldades dos empreendedores em relação e ao acesso a informações.
- Descrever o processo do Importa Fácil e suas funcionalidades para o usuário;
- Analisar os custos e benefícios do serviço Importa Fácil;

1.3. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a escolha do tema, refere-se a complexidade e dos altos custos das operações de importações, relacionadas à burocracia e aos vários encargos desta atividade. Num cenário em que até mesmo as grandes empresas, com recursos financeiros, buscam redução dos custos vinculados aos processos de importação, as pequenas e médias empresas, com pouco recurso e sem mão-de-obra especializada, acabam tendo dificuldade em lucrar em meio a tanta burocracia e impostos, em alguns casos, sofrendo até prejuízo pela dificuldade de mensurar os custos totais do processo de importação. Inclusive os empresários que utilizam o serviço Importa Fácil, criado pelos Correios para facilitar essas operações, tem enfrentado dificuldades no processo.

As naturezas dessas dificuldades podem ser dos mais adversos tipos, como falta de informação disponível, excesso de burocracia, excesso de encargos, ou, até mesmo, falta de conhecimento dos próprios empresários. O aumento da burocracia ou encargos, numa importação, pode ser desejado pelo governo para diminuir a competição dos produtos importados com os produtos fabricados nacionalmente. Mas as dificuldades podem ter outra origem, como a falta de informação disponibilizada ao público, ou, talvez, a dificuldade no acesso ou interpretação dessas informações.

O trabalho deve fazer um estudo teórico dos motivos e impactos de um governo passar a dificultar a entrada de produtos estrangeiros para a indústria local do país. Quais e como são as ferramentas utilizadas no processo de dificultar ou bloquear essa entrada de produtos estrangeiros. Em seguida, será apresentado um estudo das dificuldades em relação aos processos da importação, burocracia, custo/benefício, impostos, com o objetivo de analisar a origem dessas dificuldades, pois, podem ter diversas causas. Também será apresentado as formas corretas de se proceder em cada etapa de uma importação pelo Importa Fácil dos Correios. Principalmente em relação ao funcionamento, procedimento, custos e limitações no uso do serviço Importa Fácil e decorrer destas operações. E finalmente será apresentado um estudo comparativo do Importa Fácil com a importação por meio da Habilitação no RADAR para esclarecer as vantagens do Importa Fácil.

1.4. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Em princípio o tema será abordado através de uma abordagem teórica e posteriormente por uma análise das dificuldades enfrentadas diretamente por empresários que importam ou tentam importar por meio do importa fácil, através de dúvidas postadas em fóruns sobre importação.

No primeiro capítulo será descrita as características do protecionismo, sua base conceitual e as razões pelas quais os mais diversos países recorrem de sua prática. Em função disso, os impactos que as restrições ao comércio causam nos mercados importadores e tornaram necessária a regulamentação para inibir essa forma da concorrência considerada desleal e preservar as condições de concorrência baseadas em capacidades competitivas.

No capítulo dois é discutido o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC), órgão responsável pela defesa, é descrita a motivação de sua origem, regulamentação e disseminação da liberalização do comércio internacional, ressaltando-se a regulamentação em torno das barreiras à entrada. É descrito assim como o órgão trabalha ao receber uma representação, analisando e investigando a reclamação. No âmbito internacional, a prática das barreiras podem comprometer a produtividade e o desempenho do conjunto das empresas de um país, em função do que sua lógica conceitual revolve tanto aspectos microeconômicos quanto jurídicos e institucionais. Nestes termos, torna-se relevante observar o papel da OMC, principalmente no Brasil, que é regulamentado através do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC) em suas ações visando regulamentar e combater tal prática.

No terceiro capítulo é dado destaque ao Brasil e às ações do governo em relação às barreiras internacionais e as sanções aplicadas. São descritas as medidas tomadas para conter a concorrência externa com objetivo de proteger a indústria nacional.

No capítulo quatro é apresentada uma análise das importações brasileiras no comércio mundial. É apresentado exemplo de empresa que trabalha com importações no Brasil e como um pequeno e médio empresário poderia, também, participar do comércio internacional através do serviço de Importa Fácil dos Correios. Apresentam os custos, benefícios e limitações deste serviço, junto com um guia passo a passo de como utilizar o serviço.

No quinto, e último, capítulo são apresentados às dificuldades enfrentadas pelos pequenos e médios empresários na utilização do Importa Fácil. Apesar de o serviço ter sido criado pelos Correios para facilitar as importações dos empreendedores de menor porte, há inúmeras dificuldades que ocorrem no decorrer do processo de importação. Neste capítulo é discutido e analisado esses problemas.

Por fim, são apresentadas as conclusões alcançadas a partir do estudo realizado na presente monografia.

2. O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O PROTECIONISMO

Os governos utilizam diferentes estratégias para conservar ou ascender sua posição econômica em relação a seus parceiros comerciais. O estabelecimento de relações diplomáticas comerciais, através de acordos de benefícios mútuos, permite a dois ou mais países formarem zonas de mercados relevantes em detrimento dos demais que ficam de fora. Os incentivos para investimento direto aumentam a presença de empresas locais e fomenta a economia nacional.

O protecionismo é uma forma de proteção da indústria de um determinado país ou região contra a competição estrangeira por meio da adoção de tarifas, subsídios, cotas de importação ou outras restrições que dificultem a concorrência para competidores internacionais. Apesar de serem consideradas pelas primeiras teorias econômicas como uma das medidas que mais prejudicam o país que a adota, essas restrições ao comércio internacional, foi uma das estratégias mais adotadas durante o chamado mercantilismo, e geralmente é uma medida adotada em períodos de guerra ou de graves crises econômicas mundiais.

E ainda hoje, o protecionismo, é utilizado pelos mais diversos países do mundo. Entretanto, atualmente, as restrições a entrada de importados são feitas de formas mais discretas e sofisticadas, como por meio da criação de legislações sem um fundamento claro que adota normas mais rígidas aos produtos importados. Para tentar manter o máximo possível a harmonia do mercado, vários países acordaram em adotar leis de livre comércio. Essas legislações buscam garantir que os outros países não adotem barreiras para as importações de seus parceiros comerciais, o que distorceria os preços numa competição internacional, e evitar que empresas estrangeiras lancem mão da prática de meios considerados desleais pelos órgãos reguladores e fixem preços abaixo do custo real numa competição considerada predatória. Os acordos internacionais de livre comércio, ao invés de tentar eliminar completamente, têm procurado ao menos limitar as medidas protecionistas.

2.1. PROTECIONISMO E *DUMPING* COMO ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Grã-Bretanha passou a defender o livre mercado no início do século XIX, época em que já era responsável pela maior parte da produção mundial de

manufaturados. As indústrias britânicas tinham se desenvolvido e alcançado os custos mais baixos e os mais avançados meios de produção. Além disso, seus bancos e empresas de transporte dominavam completamente o comércio mundial. De modo que, pela superioridade de suas indústrias, como forma de incentivo ao livre comércio, evitou qualquer ação política destinada a erradicar a prática de *dumping*. (HOWELL & BALLANTINE, 1997).

Porém, o livre comércio defendido pela Grã-Bretanha ocorreu apenas depois de suas indústrias manufatureiras se estabelecerem como as mais eficientes na maior parte dos segmentos em que atuavam. Em períodos anteriores o governo britânico protegeu sua indústria com altas tarifas de importação de bens manufaturados e isenção de impostos na importação de matérias-primas, além de conceder incentivos fiscais na exportação de bens manufaturados. Com a Revolução Industrial, o governo criou uma política de fomento da indústria, podendo-se destacar o Wood Act, em 1699, proibindo as exportações de lã de suas colônias, o que destruiu a indústria de lã irlandesa, que na época era qualidade superior às britânicas. Em 1700, impôs barreiras à produção de algodão da Índia, também de qualidade superior, o que do mesmo modo destruiu a indústria indiana. E finalmente, em 1815, quando criou a Corn Law, aumentando o protecionismo à agricultura local, uma das poucas áreas em que os britânicos ainda perdiam em termos de eficiência para países como Bélgica e Suíça (CHANG, 2002).

Então, apenas em 1846, com suas indústrias manufatureiras confiando na superioridade em relação ao resto do mundo, foi que a Grã-Bretanha passou a defender o livre comércio, primeiramente com a revogação da Corn Law e, em seguida, a abolição da maior parte das tarifas aduaneiras. Porém, nesta mesma época viu-se um rápido crescimento das indústrias de manufatura da Alemanha e dos EUA, que começaram uma conquista comercial dos mercados tradicionalmente britânicos. Em 1880, ambos os países, ao contrário do que vinha fazendo a Grã-Bretanha, adotaram políticas protecionistas, blindando os mercados nacionais de produtos importados através de barreiras tarifárias extremamente altas. Também criaram indústrias altamente organizadas e sofisticadas que praticavam métodos que hoje são considerados anti-competitivos, na forma de *dumping*, com o objetivo de reduzir a concorrência e explorar seu poder de monopólio parcial ou completo. Em consequência disso, o desempenho industrial e comercial da Grã-Bretanha, que defendia o livre mercado, sofreu um declínio competitivo durante esse período e

começava a decrescer não conseguindo competir com os produtos objetos de *dumping* dos dois países em ascensão, EUA e Alemanha, que adotavam políticas protecionistas (CHANG, 2002).

As indústrias americanas se organizavam em *trusts* que regulamentava a produção e os preços em muitas das principais indústrias de transformação, enquanto a Alemanha tinha suas indústrias transformadoras dominadas por cartéis. Deste modo, a organização da indústria desses países possibilitava o aumento dos preços no mercado interno e a distribuição equitativa dos benefícios e encargos de exportações através de *dumping* entre os produtores nacionais. A estratégia padrão das indústrias dos dois países, os *trusts* americanos e os cartéis alemães, se manifestavam através da exportação em *dumping* em grandes escalas. As barreiras tarifárias altas, adotadas nesses países, significavam que as indústrias britânicas não poderiam responder a este tipo de estratégia e, portanto, não poderia competir nos mercados americanos e alemães perdidos. Os ingleses, além de não possuírem um mercado doméstico protegido, também não possuíam uma organização industrial significativa necessária para revidar um *dumping* em escala praticado pelos Estados Unidos e Alemanha. Assim, EUA e Alemanha não só alcançaram as vendas das empresas britânicas, mas também superaram a indústria britânica em nível de tecnologia industrial, produtividade e economia de escala (HOWELL & BALLANTINE, 1997).

O governo britânico, então, liderado pelo partido conservador, iniciou uma cruzada contra o livre comércio, criando uma união aduaneira imperial e levantando uma parede de tarifas protecionista na Grã-Bretanha. A justificativa a imposição de tais tarifas foi à prática de *dumping*, por parte dos alemães e americanos, que estava destruindo a indústrias da Grã-Bretanha (HOWELL & BALLANTINE, 1997).

No caso da Alemanha, num período anterior a 1914, foi o país que mais difundiu e praticou *dumping* que qualquer outro país. A exportação de *dumping* pela Alemanha parece ter sido facilitada pelas altas tarifas vigentes na época e pela completa organização industrial em cartéis. Esses dois fatores mantinham os preços no mercado interno alemão. Os cartéis também monitoravam os preços internacionais dos produtos e agiam de forma conjunta inclusive no mercado exterior, combinando o nível de produção de cada uma das empresas participante. Esta configuração tornou possível para muitos dos cartéis adotarem política de preços internos maiores que o nível praticado no estrangeiro. De modo que

conseguiram maximizar seus lucros, mesmo exportando seus produtos a preços muito inferiores que os praticados no seu mercado interno e, também, por seus concorrentes no mercado internacional (TINEVIMBO, 2008).

A organização em forma de cartel da indústria alemã possibilitou que os benefícios e encargos de exportações em *dumping* pudessem ser equitativamente distribuídos entre os produtores nacionais. Sendo que os efeitos das tarifas protecionistas eram tais que os concorrentes estrangeiros foram impedidos de participar da alta dos preços internos resultantes das atividades de fixação dos preços dos cartéis (TINEVIMBO, 2008).

A ascensão da Alemanha como potência industrial teve um significativo impacto sobre os recursos acrescidos na legislação *antidumping*. Em numerosos setores a indústria alemã desenvolveu uma estrutura de cartel, mas principalmente no setor químico, na qual alcançou superioridade científica e especialização. A indústria química era suscetível de *dumping*, devido à sua natureza de capital intensivo, o que resultou em barreiras à entrada e custos fixos (TINEVIMBO, 2008).

2.2. REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em 1944, durante a segunda guerra mundial, representantes de 44 países Bretton Woods, New Hampshire, onde, preocupados com as necessidades econômicas após a guerra, esperavam planejar um sistema monetário internacional que tinham como principais objetivos o pleno emprego, à estabilidade dos preços, e que ainda permitissem que os países obtivessem equilíbrio externo sem o uso de restrições ao comércio internacional. Deste modo, foi acordado um sistema de regras e instituições para regular a política econômica internacional, o acordo de Bretton Woods estabeleceu a criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Internacional do Comércio (OIC). Estas instituições, com exceção da OIC, entraram em funcionamento a partir de 1946, depois que um número suficiente de países ratificou o acordo.

Em 1947, apesar de o acordo original prever a criação da OIC, por uma oposição política, foram negociados acordos comerciais, na chamada Rodada de Genebra, com um conjunto temporário de normas que passou a ser chamado de Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Estes acordos apenas tomavam as

direções para redução das tarifas alfandegárias entre os países participantes (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010; MAIA, 1998).

O acordo do GATT entrou em vigor a partir de primeiro de janeiro de 1948 com o objetivo de reduzir as barreiras comerciais entre países, aumentar sua interdependência e, com isso, reduzir os riscos de um novo conflito mundial. De acordo com Maia (2008), os princípios básicos do acordo eram: a cláusula de nação mais favorecida e o conceito de reciprocidade. A primeira cláusula exige a concessão automática de benefícios negociados entre dois membros para todos os outros. A segunda pressupõe reciprocidade entre os membros quanto às concessões obtidas. O GATT seria provisório e deveria servir de base para a criação da Organização Internacional do Comercio (OIC).

Nas normas do GATT, também, foram abertas exceções para que os países pudessem manter o equilíbrio econômico. Assim, os países que estivessem enfrentando dificuldades em seus Balanços de Pagamentos poderiam, depois de consultar o FMI, estabelecer tarifas restritivas apenas durante um período necessário para o restabelecimento da normalidade da balança.

Além disso, com prévia permissão do GATT, era permitida, apenas aos países subdesenvolvidos, a quebra das normas quando isso fosse necessário para acelerar o desenvolvimento econômico. Outra exceção é a Cláusula de Salvaguarda, que regula o uso de restrições ao comércio, caso as concessões negociadas no GATT impliquem em aumentos inesperados de importações que causem danos às indústrias domésticas de qualquer membro signatário.

A formação de blocos econômicos era permitida desde que com objetivo da redução de tarifas entre seus membros, além de que não poderiam ser aumentadas as tarifas existentes a outros países não-membros desse bloco. E qualquer país, não-membro do bloco, que se sentisse lesado, poderia recorrer ao GATT.

A primeira rodada ocorreu em Genebra na Suíça, no ano de 1947, contando com 23 países participantes onde foi acordada a criação do GATT. A rodada permitiu 122 acordos de redução mútua de tarifas que afetou o comércio em US\$ 10 bilhões (MAIA, 2008).

As quatro rodadas seguintes, aconteceram em Annecy (1949); Torquay (1950-51); Genebra (1955-56) e Dillon (1960-61), seguindo a mesma linha da primeira foram tratadas quase que exclusivamente de reduções tarifárias. O método adotado era de identificar os produtos em que cada país era o principal fornecedor

em relação ao outro. Em seguida, elaborava-se uma lista de pedidos e ofertas onde eram especificadas as reduções tarifárias desejadas e oferecidas. Então, analisando-se a lista de cada país, começavam as negociações tentando alcançar um acordo onde a reciprocidade nas concessões oferecidas e recebidas fosse garantida para ambas as partes.

De um modo geral, esse período é caracterizado como de relativo sucesso no processo de liberalização, conseguindo reduzir várias tarifas incidentes sobre produtos industrializados produzidos por países desenvolvidos e a eliminação de várias barreiras originárias da década de trinta (MAIA, 1998; VALLS, 1997).

Na sexta rodada, conhecida por Rodada Kennedy (1964-1967), foi a primeira vez que a Comunidade Europeia participou das negociações como um bloco econômico. A meta da rodada era uma diminuição de 50% nas tarifas, porém, cada país havia uma lista de exceções a essas reduções, aonde eles indicavam quais produtos não chegariam a esse patamar. Conseguiu-se alcançar a redução de 50% em dois terços das tarifas reduzidas. Considerada bem sucedida, a rodada alcançou um corte médio de 35% nas tarifas dos países industrializados, e leis antidumping, estabelecendo normas de regulamentação nacional contra a exportação de bens a preços desleais. (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010; MAIA, 2008; VALLS, 1997).

Na Rodada Kennedy, os países em desenvolvimento, num posicionamento mais coordenado, estabeleceu a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) que ajudaria esses países a pressionar os países desenvolvidos nas negociações para que reduzissem as barreiras tarifárias e não tarifárias. Como a cláusula da nação mais favorecida do GATT impedia que os países desenvolvidos concedessem incentivos aduaneiros aos subdesenvolvidos, pois teriam que estendê-los aos demais países, foi, então, estabelecido um sistema de preferências tarifárias aplicáveis apenas aos países subdesenvolvidos, reduzindo as tarifas aduaneiras sobre os produtos manufaturados comercializados por estes países.

Na Rodada Tóquio de negociações (1973-1979) além dos tradicionais instrumentos de restrições como medida de proteção, pela primeira vez foi tratado sobre a proliferação do uso de barreiras não tarifárias. Ao longo da sétima rodada de negociações, na década de setenta, a economia mundial passou por grandes mudanças, dentre as quais se destacam a consolidação do Japão e da Comunidade Europeia como competidores dos Estados Unidos no cenário mundial. Os países

recentemente industrializados passaram a ganhar competitividade em produtos manufaturados intensivos em mão-de-obra e o avanço de inovações tecnológicas nos chamados novos setores da terceira revolução industrial acirrava a concorrência entre os países desenvolvidos.

A rodada conseguiu reduzir em mais um terço as tarifas no decorrer de oito anos, as barreiras não tarifárias, que foram tratadas pela primeira vez, efetuando um esforço de controlar sua proliferação, além de acordos pró-nações em desenvolvimento, onde passariam a receber tratamento preferencial com suas exportações (MAIA, 1998; VALLS, 1997).

Nesse período também ocorreram diversos acontecimentos que levaram vários países a graves crises econômicas, como os choques de preços do petróleo e o início da perda de competitividade da economia norte-americana, além da flexibilização do câmbio, marcando o fim do sistema de Bretton Woods.

No período da Rodada Tóquio, década de 80, a política comércio brasileira ainda adotava uma série de legislações e regulamentações com objetivos protecionistas, destacando-se dentre elas a “pauta de valor mínimo” e o “preço de referência”. A primeira fora introduzida pela Lei de Tarifas de 1957 e permitia que as autoridades estipulassem, unilateralmente, o preço das mercadorias importadas na hora do cálculo do Imposto de Importação devido pelo importador. O “preço de referência” concedia direitos semelhantes, aplicáveis em casos que fossem constatadas disparidades nos preços de importação de mercadorias originárias de países diferentes (MAIA, 1998; VALLS, 1997).

Ao assinar o Acordo de Valoração Aduaneira da Roda Tóquio, o Brasil comprometeu-se a extinguir estes mecanismos, o que efetivamente fez em julho de 1988. Outro acordo aderido pelo país, em contrapartida, na mesma rodada, foram os Acordos *Antidumping*, de Subsídios e Medidas Compensatórias, sobre Barreiras Técnicas e de Valoração Aduaneira, que foram incorporados ao ordenamento jurídico nacional em 1986, designando a Comissão de Política Aduaneira, do Ministério da Fazenda, como o órgão responsável pela aplicação destes Acordos. As atividades referentes ao Acordo sobre Barreiras Técnicas foram atribuídas, em 1983, ao Inmetro, permitindo ao Brasil iniciar suas atividades voltadas a defesa das exportações brasileiras de exigências técnicas estipuladas por outros países de cunho protecionista. No mesmo ano, técnicos do Instituto participaram de

treinamento, promovido pelo GATT em Genebra, e iniciaram a implantação de um Comitê de Coordenação sobre Barreiras Técnicas ao Comércio no Brasil.

Em 1982, começaram as conversas para o lançamento de uma nova Rodada de negociações no GATT, que só se iniciou em 1986 na cidade de Punta del Este, no Uruguai. Na Rodada Uruguai (1986-1994) foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. O objetivo da nova instituição era abranger novos temas nas negociações comerciais ainda não abrangidas pelo GATT, como o aumento da importância dos setores de serviços, tecnologia, investimentos e propriedade intelectual, a nova tendência à constituição de blocos comerciais. Também havia temas mais complexos como as barreiras não tarifárias a produtos agrícolas, a preocupação crescente com a sanidade de alimentos e padrões técnicos de bens, que passou a demandar uma regulamentação própria para cada um desses temas.

Pelo fato de esses temas possuírem alto grau de complexidade, sua regulamentação, só poderia se dar no âmbito de uma Organização Internacional, então, foi criada a OMC, com sede em Genebra, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995.

A Rodada Uruguai durou sete anos e meio, e estabeleceu uma série de novos tratados. Foi o conjunto de acordos que provocou a maior mudança no sistema de comércio internacional desde o estabelecimento do GATT e é considerada a mais importante das rodadas (MAIA, 1998; VALLS, 1997).

2.3. BARREIRA AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional é necessário porque nenhum país possui todos os recursos naturais que necessitam para seu sustento. Porém, há uma série de barreiras que dificultam essas transações. As principais dificuldades enfrentadas são as diferenças entre os países, como o idioma, os pesos e medidas, legislações, moeda, etc.

Além das dificuldades citadas outras dificuldades podem restringir o comércio internacional, são as barreiras à entrada criadas por políticas econômicas dos governos locais. Com a criação de barreiras a entrada de importados, a principal intenção do governo de um país é proteger uma determinada indústria. Dificultando a entrada de uma determinada mercadoria, é possível estimular a implantação de

novas indústrias em território nacional, que sem proteção não teriam condições de competir com os produtos originários de outros países. (MAIA, 2008).

Podemos dividir os impactos mais comuns das medidas protecionistas em impactos benéficos e maléficos. Como impactos benéficos podem ser citados o aumento no número de empregos na indústria protegida, maior produção do bem nacionalmente à custa de uma redução do bem importado. Os impactos maléficos são o aumento nos preços deste bem, que tende a reduzir o consumo e, assim, consequentemente, haverá uma diminuição do bem-estar econômico.

2.3.1. Barreiras tarifárias

As barreiras tarifárias, também conhecidas como alfandegárias ou aduaneiras, são aplicadas através de alíquotas de imposto sobre importações que são cobradas quando a mercadoria entra no país. Vale também para serviços contratados de empresas estrangeiras e que são prestadas em território nacional. A tarifa pode ser específica, *ad valorem* ou mista. No imposto específico, é cobrado um valor por unidade importada. Na cobrança *ad valorem*, corresponde a uma percentagem do preço do produto. Já na tarifa mista, além de um valor fixo também é cobrado um percentual por unidade (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010).

A alíquota de imposto de importação que incidem sobre o produto é um percentual do valor total da mercadoria, em que o percentual depende de vários fatores, com da natureza do produto, motivação da importação, quantidade, país de origem, etc. E vai incidir diretamente no preço do produto. Com a incidência do imposto, o produto tem seu preço aumentado consideravelmente, o que diminui sua competitividade e dificulta ou até mesmo inviabiliza a entrada do produto no mercado nacional.

Este tipo de mecanismo além de barrar e proteger a indústria nacional de produtos importados, também aumenta a arrecadação do estado com os tributos recolhidos na entrada do produto no mercado nacional.

O valor desses impostos podem ser maiores ou menores, dependendo do interesse do governo em proteger uma determinada indústria, aumentando ou diminuindo o grau de incidência das tarifas sobre determinado produto (BROGIO, 2009).

Se essas barreiras forem temporárias e estabelecidas com um cronograma para serem reduzidas dentro de um determinado período, as indústrias locais são obrigadas a se modernizarem e tornar-se competitivas para enfrentar a concorrência externa. Se as barreiras são permanentes, as indústrias locais acabam se acomodando e continuarão produzindo artigos caros e de baixa qualidade (MAIA, 2008).

2.3.2. Barreiras não-tarifárias

São restrições quantitativas e qualitativas, como subsídios, quotas de importação, licenciamento de importação, procedimentos alfandegários, medidas antidumping, medidas compensatórias, medidas de salvaguarda, medidas sanitárias e fitossanitárias; e dentre estas últimas encontram-se as barreiras técnicas, que são mecanismos que acabam sendo utilizados com intuito protecionistas (MAIA, 2008).

Teoricamente, essas restrições visam proteger bens jurídicos importantes para os Estados, como a segurança nacional, a proteção do meio ambiente e do consumidor, e ainda, a saúde dos animais e das plantas. Porém, pelo fato dessas restrições serem exigidas sem fundamentos nítidos que as justifiquem, sendo assim, são consideradas como tipos de barreiras a entrada de importados. Como, neste caso, não há cobrança de impostos, são denominadas de barreiras não-tarifárias (BNTs).

As barreiras tarifárias só são permitidas dentro dos limites dos Acordos Multilaterais da OMC. Sendo assim, para proteger sua indústria nacional os países passaram a utilizar os BNTs em escalas muito maiores. Como BNTs são restrições sem fundamentos nítidos, e existem em muito maior quantidade e diversidade o combate a essas barreiras São muito mais complicado e trabalhoso. E diferentemente das barreiras tarifárias, estas podem ser alteradas ou terem sua incidência interrompida em função de políticas nacionais que podem variar por vários motivos, de acordo com as necessidades do governo (BROGIO, 2009).

2.3.2.1. Barreiras técnicas

São restrições em que governos criam regulamentos técnicos complicados e muitas vezes sem fundamentos. Por exemplo, nos EUA só é permitida a entrada de

abacaxis com grau de acidez iguais aos produzidos no Havaí, na União Europeia somente entram bananas com 14 cm de comprimento e 2,7 cm de largura, e no Japão os carros importados passam por uma vistoria anual rígida em que são obrigados a trocar até 35% das peças mesmo não apresentando desgaste, enquanto os carros japoneses são dispensados da vistoria (MAIA, 2008).

Segundo o manual do Inmetro (2009), barreiras técnicas são “barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não transparentes ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não-transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.”

Como procedimentos de avaliação da conformidade pode-se entender o procedimento técnico utilizado para confirmar se as normas ou regulamentos estão sendo cumpridos. O problema está no fato do custo referente à adaptação dos produtos às normas técnicas, regulamentos técnicos, e procedimentos de avaliação da conformidade, incidir sobre o produtor. O que acaba encarecendo o produto e fazendo com que perca competitividade.

Desta forma, é possível entender como uma barreira técnica pode ser criada a partir de diferentes formas, por exemplo, na ausência de transparência das normas ou regulamentos aplicados; na imposição de procedimentos morosos ou dispendiosos para avaliação da conformidade; ou em decorrência de regulamentos excessivamente rigorosos impostos pelas legislações estrangeiras.

Portanto, normas e regulamentos técnicos não constituem barreiras à entrada em si, tal conotação se dá, apenas, quando as exigências neles contidas vão além do aceitável. Sendo uma forma de barreira a importação camuflada de normas e regulamentos (INMETRO, 2009).

Porém, de acordo com as regras da OMC, dificuldades para atingir exigências técnicas mais básicas e claras não podem ser consideradas barreiras técnicas. Como se sabe, as empresas, principalmente de países subdesenvolvidos, encontram grande dificuldade em atender as exigências técnicas de qualidade dos diversos outros países com normas de qualidades mais exigentes, principalmente de países desenvolvidos.

E para dar maior transparência às regras vigentes cada país, membro da OMC, deve ter um centro de informação para esclarecer dúvidas das partes

interessadas em relação a regulamentação técnica e aos procedimentos de avaliação da conformidade do país.

No Brasil, o centro de informação de exigências técnicas é de responsabilidade do Inmetro e denomina-se “Ponto Focal de Barreiras Técnicas às Exportações”. O Inmetro segue a tendência observada nos países mais desenvolvidos e tornou-se um prestador de serviços essenciais às empresas que disputam os mercados internacionais, fornecendo informações prévias dos regulamentos técnicos e dos procedimentos de avaliação da conformidade a que os produtos serão submetidos. Além disso, também trabalha de maneira a auxiliar as micro, pequenas e médias empresas, que são as que têm mais dificuldades em tratar destes assuntos (INMETRO, 2009).

2.3.2.2. Subsídios

Os subsídios consistem em uma política comercial em que o governo concede assistência a um setor da indústria. Esta prática ocorre com o intuito de promoção do desenvolvimento de uma indústria, aumentando a competitividade do produto e incentivando que ela cresça às custas dos não subsidiados. Desta forma, se um governo concede subsídio aos exportadores, isto tem o efeito de minimizar o custo dos produtores contemplados com o benefício, permitindo a prática de preços mais baixos quando comparados aos de seus concorrentes externos, permitindo que as subsidiadas, ineficientes, prevaleçam sobre os produtores eficientes não subsidiados.

Subsídios à exportação são aqueles relacionados aos produtos com destino a exportação, podendo ser concedidos de diversas formas, como por exemplo, a isenção no pagamento de impostos, créditos à exportação concedidos sob condições mais vantajosas que as disponíveis no mercado. Como tais subsídios acabam afetando de forma a distorcer as condições normais de mercado, tendo como principal objetivo o aumento das exportações de um país em detrimento da indústria de outros países, constituem medidas ilegais e são caracterizadas com *dumping*. (BROGIO, 2009).

Apesar disso, é permitido, aos governos, subsidiar produção de mercadorias destinadas ao consumo interno, para aumentar a competitividade em relação aos

estrangeiros, o que, em muitos casos, impede a entrada de firmas estrangeiras no mercado doméstico.

Normalmente, os subsídios trazem distorções de mercado que mais prejudicam do que ajudam. A produção nacional não melhora, por estar protegida e torna-se obsoleta, distorcendo preços, limita a inovação e a maior diversidade de produtos, beneficiando um seleto grupo de produtores as custas de um enorme custo público (MAIA, 2008).

Um exemplo de subsídio no mercado interno é a dos EUA em relação ao etanol. Durante mais de 30 anos o governo americano subsidiou em US\$ 0,45 por galão o etanol produzido nos Estados Unidos, além disso, cobrava uma tarifa alfandegária de US\$ 0,54 pelo galão de etanol importado. Isso impedia que o etanol brasileiro chegasse ao mercado americano com preços competitivos.

O Brasil, que é o segundo produtor mundial de etanol, depois dos Estados Unidos, reivindicava há anos o fim das barreiras ao produto brasileiro. Até que tanto os subsídios, quanto as tarifas foram extintas no final de 2011 (G1, 2011).

2.3.2.3. Quotas de importação

A utilização de quotas como meio de proteção de mercados acontece quando um país estabelece uma quantidade fixa que pode ser importado de um determinado produto no ano vigente. O sistema de quota funciona não apenas em forma de restrição quantitativa, permitindo, por exemplo, a entrada de uma determinada quantidade da mercadoria X, mas também pode se restringir através da imposição de uma quota em valor monetário, por exemplo, limitando a importação da mercadoria X numa quantidade que corresponda a um determinado valor.

Esse sistema tem a vantagem, em relação às barreiras tarifárias de conseguir limitar a entrada das mercadorias numa quantidade ou num valor exato, de acordo com o objetivo do governo, diferentemente das barreiras tarifárias, que limitam sem estabelecer precisamente a quantidade do produto ou o valor que será importado.

Porém, por ser uma restrição condenado pela OMC, deve-se justificar a necessidade da medida perante a Organização (MAIA, 2008).

2.3.2.4. Taxas múltiplas de câmbio

A intervenção no mercado de câmbio, com a fixação de paridades da moeda nacional fora da realidade, pode ser utilizada pelo governo, em determinados momentos, para conter a inflação, ou como uma política alternativa ao de licenças de importação e exportação. Quando a moeda nacional está muito valorizada, tudo o que vem do exterior é muito barato, diante disso, o governo cria duas ou mais taxas de câmbio para controlar a importação. Deste modo, os produtos considerados essenciais são beneficiados com menores taxas, enquanto os bens não essenciais sofrem com taxas menos favoráveis (MAIA, 2008).

No Brasil, para aplicar as diversas taxas cambiais fixadas pelo governo com intuito de controlar as importações, passou-se a classificar as mercadorias importadas, para fins cambiais, em cinco diferentes categorias, conforme o grau de sua unidade no país. Porém, isso acabou ocasionando diversos problemas econômicos como o aumento da burocracia, gerando demasiado custo para os importadores e também para o governo, que teve de criar uma equipe especialmente para fiscalização devido ao aumento do número de fraudes, pois muitos importadores mudavam a classificação das mercadorias para se beneficiarem de taxas mais favoráveis.

Cinco categorias passaram a ser insuficientes, como por exemplo, no setor automobilístico que tinha apenas uma categoria para se enquadrarem, desde os carros mais luxuosos até os mais populares. De forma que, para facilitar o controle das importações, adotou-se uma única taxa cambial, voltando às barreiras tarifárias, com as distinções sendo feitas por meio de impostos aduaneiros (BROGIO, 2009).

2.3.2.5. Licenças de Importação e Exportação

Esta intervenção normalmente é utilizada quando um país enfrenta escassez de divisas. Para controlar a entrada e saída de mercadorias do país, o governo, restringe as importações e exportações através da exigência de licenças para as firmas. Um órgão designado do governo estuda os bens mais essenciais e, de acordo com a disponibilidade das divisas, autoriza a importação via licença das mercadorias mais necessárias. Também há o controle das exportações para garantir que a receita de divisas foi entregue ao país (MAIA, 2008).

2.3.2.6. Barreiras ecológicas

Nos últimos anos o tema “certificações ambientais” tem obtido crescente importância no comércio internacional, porém, não se sabe ao certo o seu verdadeiro objetivo, que pode ser interpretado como, por exemplo, uma barreira comercial não tarifária, defesa do meio ambiente ou até mesmo proteção contra o chamado *dumping* ecológico.

Como *dumping* ecológico pode-se entender duas situações possíveis: quando não são incluídos nos preços os custos ambientais e quando as empresas poluidoras se transferem para países com uma legislação ambiental menos rigorosa para escapar das legislações mais rigorosas de seu país de origem. O *dumping* ecológico camufla o preço real da mercadoria por não embutir os custos ambientais causados pela produção da mercadoria.

O controle ambiental de vários países, por meio de legislação interna, vem limitando cada vez mais produtos relacionados com questões ambientais, procurando restringir o acesso ao mercado interno com criação de novas regras comerciais cada vez mais rígidas. A exigência por estes novos processos, que normalmente requerem altos investimentos visando à redução de emissão de poluentes, acabam por restringir o acesso ao mercado externo para diversas empresas e países, que ficam impossibilitadas de comercializar seus produtos por não se qualificarem como empresas não poluidora perante as exigências internacionais e legislações locais. Entretanto, atualmente, ocorrem casos de não só os países fazerem tais exigências de produtos que respeite o meio ambiente, mas muitas empresas compradoras também as fazem, já que as boas práticas ambientais tem tornado produto de *marketing* e fator de decisão na hora dos consumidores escolherem os produtos e empresas (MAIA, 2008).

2.3.2.7. Barreiras burocráticas

As barreiras burocráticas se originam nas ações do governo. No âmbito federal, os Ministérios e seus órgãos subalternos baixam medidas, isoladamente, que devido a sua complexidade de resolução se transformam em barreiras burocráticas, de finalidade duvidosa, criando confusão, desordem e aumento dos custos, o que acaba por eliminar muitas empresas participarem das atividades

produtivas. No âmbito estadual, a situação se multiplica pelas 26 unidades mais o Distrito Federal, em uma reação em cadeia, que vai se somar as burocracias federais. Posteriormente devendo-se passar, ainda, a esfera municipal (MAIA, 2008).

Nos governos a tomada de decisão normalmente não atende a velocidade demandada pela iniciativa privada. A burocracia imposta e a diversidade de leis, portarias e afins reduzem a competitividade e colaboram para aumentar cada vez mais os problemas. Como, por exemplo, o grupo Pão de Açúcar, que teve de esperar o governo brasileiro durante um ano até conseguir autorização para importar sabão em pó, pois o governo exigia do grupo provas de possuir instalações adequadas para vender sabão em pó.

2.3.2.8. Barreiras sanitárias

Junto ao início das operações da OMC, entrou em vigor o Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) para a aplicação de regulamentos em proteção de plantas, saúde animal e segurança alimentar, relacionados ao comércio agrícola internacional, há necessidade dos países desenvolverem suas próprias diretrizes visando proteger seus interesses. O SPS tem como objetivo impedir que essas medidas de regulamentação se transformem em barreiras ao comércio internacional, incentivando a harmonização destas medidas em nível internacional, o que pode ser feito através da adoção das medidas estabelecidas em organizações internacionais (INMETRO, 2009).

Para impedir que os países criem normas de forma discricionária, com a intenção de introduzir barreiras ao comércio, exige-se que seja comprovada cientificamente a necessidade de adotar ou manter as normas exigidas. Com o princípio da não discriminação um país também não deve exigir o cumprimento de normas que não seja também obrigatória aos produtores nacionais.

O Brasil possui dois pontos focais para o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC. Um deles é a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA) e o outro é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (Anvisa/MS). As dúvidas em relação ao SPS devem ser esclarecidas no ponto focal responsável pela matéria.

Sendo assim, dúvidas sobre produtos envolvendo questões sanitárias devem ser remetidas ao Ponto Focal do SPS na Anvisa e aquelas que envolvam produtos agropecuários ao Ponto Focal do SPS na SDA/MAPA (INMETRO, 2009).

2.3.2.9. Dumping social

Ocorre quando um país, geralmente subdesenvolvido, pratica baixos salários para conseguir produtos a preços mais baratos. O custo de produção tem sido um dos mais importantes meios de controle dos preços dos produtos e do aumento da produtividade por operário. Como as barreiras tradicionais vêm sendo enfraquecidas pela ação da OMC, o dumping social é uma das novas formas de barreiras não tarifárias que se surgiu. Com os países desenvolvidos acusando os menos desenvolvidos de vender produtos mais baratos devido a prática de baixos salários (BROGIO, 2009).

Ressaltando que dumping é a venda de um produto no mercado externo a preços mais baixo ao praticado no mercado nacional, o que não acontece neste caso, pois o fator se dá pelo pagamento de baixos salários que impactam em preços menores. Ou seja, apesar dos preços serem baixo, são os mesmo que os praticados no mercado interno.

As indústrias de primeiro mundo usam também, intensivamente nos processos produtos, robôs e outras formas de alta tecnologia visando reduzir substancialmente os custos produtivos. O economista Stephen Kanitz chama esse fato de “dumping produtivo”, mas também pode ser chamado de “dumping tecnológico”. Mas o questionamento feito sobre este assunto é se deveria ser criado barreiras a países que se utilizam do dumping tecnológico, pois ele aumenta o desemprego, enquanto o pretense dumping social cria empregos e consequentemente aumenta o poder de compra de sociedade (MAIA, 2008).

2.4. Desvios de modelos de comércio livre

As barreiras à importação só são aceitáveis quando tem como fim exclusivo de proteger a produção nacional. Deste modo, as restrições são implantadas quando a indústria nacional está sendo agredida por empresas do exterior com a finalidade de destruir a produção nacional e empregos gerados, ou quando a indústria local

não consegue competir com os produtos estrangeiros e precisa de tempo para se modernizar.

Entretanto, existem outros entraves que dificultam a liberalização do comércio internacional. Os principais exemplos são:

2.4.1. Monopólios

Um monopólio ocorre quando há apenas uma firma no setor, que é a única vendedora de um bem ou serviço. Desta forma, na ausência de intervenção governamental, o monopolista é livre para definir qualquer preço que lhe convenha, normalmente irá definir o preço que gera o maior lucro possível, podendo inclusive até reduzir a produção para elevação dos preços.

Um exemplo de monopólio era a produção de borracha do Brasil. No início do século XX, o Brasil era o detentor do monopólio da produção de borracha no mundo, podia fixar o preço do produto de acordo com a conveniência e sem precisar se preocupar com queda na demanda, nem em melhorar as condições da produção (BROGIO, 2009).

Entretanto, quando os ingleses conseguiram levar sementes de seringueira para suas colônias asiáticas, em poucos anos começaram a produzir com melhores condições e menores preços, acabando com o monopólio brasileiro.

2.4.2. Dumping

O dumping consiste em vender no exterior por preço abaixo do preço praticado no mercado interno. Há duas razões principais que levam uma empresa a praticar *dumping*. A primeira quando uma empresa com certo grau de poder de mercado maximiza seu lucro discriminando os preços do mercado doméstico em relação ao mercado externo, cobrando mais onde possuir poder de mercado e cobrando menos onde a concorrência for mais acirrada. A segunda razão é quando uma empresa tenta eliminar seus concorrentes no mercado de exportação para se tornar a monopolista deste mercado. Destacando-se o fato de em ambos os casos a condição necessária é a existência de poder de mercado pela empresa que pratica o *dumping*, pois somente desta forma esta poderia impor preços. No que se refere à segunda situação, também seria necessária uma elevada capacidade de

financiamento, para que a empresa praticante do *dumping* possa cobrir eventuais prejuízos de curto e médio prazo (MAIA, 2008; BROGIO, 2009.).

No Brasil, através do Decreto nº 1.602, de 23/08/1995, foi regulamentada a legislação antidumping, definindo dumping como “a introdução de um bem no mercado doméstico, inclusive sob as modalidades de drawback, a preço de exportação inferior ao valor normal”.

A relação do dumping em se tratando de países exportadores classificados como “economia de mercado” (onde há livre concorrência), poderá ser comprovada comparando-se os preços internos de venda com os preços de exportação existentes no próprio país exportador.

Em países que não recebem esta classificação (economia de mercado), a formação de preços normalmente é distorcida, pois não há a livre concorrência. O pleito da China em se tornar uma economia de mercado deixou empresários de diversas partes do mundo preocupados, pois fica muito difícil a comparação entre os preços dos artigos importados da China com o de qualquer outro país de economia livre (MAIA, 2008).

2.4.3. Oligopólio

Oligopólio é quando o mercado esta nas mãos de poucas empresas, consequentemente, significa um mercado com poucas empresas concorrendo entre si. Geralmente mercado em que há oligopólio é formado por empresas de grande porte e intensivas em capital, ou seja, é difícil de uma empresa nova entrar pelo fato de necessitar de um grande montante de capital.

O fator oligopólio além de manter uma política de preços nocivos ao consumidor, também é prejudicial se vista através do emprego de novas tecnologias, que normalmente são atrasadas buscando-se apenas maior lucratividade.

Para se chegar à conclusão de que um mercado é um oligopólio o primeiro requisito desta noção é a ideia de um pequeno número de empresas concorrendo entre si. Porém, isto não basta para classificar um mercado com oligopólio. Devem-se conhecer não quantas empresas estão no mercado em questão, mas qual o grau de concentração destas. Ou seja, o problema não está no número de empresas, mas no número de empresas que, dentro do mercado, detêm um grande poder de mercado. Por exemplo, num mercado em que uma empresa detivesse a participação

de 33%, uma segunda de 31%, uma terceira de 13%, e os restantes 23% estivessem distribuídos igualmente por 46 empresas, cada qual com 0,5%, teria um alto grau de concentração. Em outro mercado com 10 empresas, cada uma detendo uma participação de 10%, teria um baixo grau de concentração, ou seja, não teria problemas (MAIA, 2008; BROGIO, 2009.).

2.4.4. Trust

É a fusão e incorporação de várias empresas de modo a formar um monopólio com o intuito de dominar o mercado de determinados produtos. Também pode ser uma organização empresarial de grande poder de mercado, que consiga influenciar o preço. A imposição de preços, produtos e condições de mercados feitos pelas empresas são combatidas através da legislação de cada país. No Brasil, temos o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), vinculado ao Ministério da Justiça, com jurisdição em todo o território nacional, criado pela Lei nº 4.137/62 e transformado em Autarquia pela Lei nº 8.884 de 11 de junho de 1994.

Dentre as atribuições do CADE, estão previstas a finalidade de orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos do poder econômico, exercendo papel tutelar da prevenção da repressão de tais abusos (MAIA, 2008).

2.4.5. Cartel

O cartel ocorre quando várias fazem um acordo entre concorrentes para fixação de preços ou cotas de produção, divisão de clientes e de mercados de atuação ou, por meio da ação coordenada entre os participantes para eliminar a concorrência e aumentar os preços dos produtos, obtendo maiores lucros, e prejudicando o bem-estar do consumidor.

Uma das características do Cartel é que as empresas conservam autonomia interna. Um bom exemplo é a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que determina o preço do barril do petróleo e estabelece quota de produção para cada associado (MAIA, 2008).

A política brasileira de defesa da concorrência é disciplinada pela Lei nº 12.529, de 30 de Novembro de 2011. E além de infração administrativa, a prática de

cartel também configura crime no Brasil, punível com multa ou prisão de 2 a 5 anos em regime de reclusão.

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem caráter exploratório, com o objetivo principal de proporcionar maior conhecimento nos detalhes das dificuldades dos empreendedores, que podem ser pessoas físicas, ou empresárias de pequeno e médio porte, na utilização do serviço Importa Fácil, serviço que os Correios criou exatamente com o objetivo de facilitar o processo de pequenas importações.

A pesquisa começa com o levantamento de sites estrangeiros em que é possível comprar e solicitar a entrega no Brasil. Em seguida, os processos que antecedem a negociação e compra da mercadoria, descrevendo os principais cuidados na etapa com as características necessárias para a importação através do serviço Importa Fácil, incluindo os principais documentos para o processo burocrático anterior ao despacho, pelo fornecedor, e desembaraço das mercadorias na alfândega brasileira.

Então, o levantamento de dados das dificuldades dos empreendedores na utilização do serviço Importa Fácil serão feitos nos sites de fóruns da internet, em salas onde os participantes discutem o serviço Importa Fácil. Esses dados tem o fim de permitir um maior entendimento em relação aos processos da importação, tributação e riscos de cada etapa. De acordo com Yin (2001), os três princípios que devem ser observados na coleta de dados para uma pesquisa são: formar uma base de dados ao longo dos estudos; formar uma cadeia de evidências; e analisar as evidências. Desta forma, pode-se dizer que a pesquisa tem o objetivo principal de permitir que um importador faça a melhor escolha de custo/benefício em relação ao risco que ele está disposto a correr. Quanto à abordagem do problema será utilizado o método qualitativo.

Com os dados das dificuldades e dúvidas, serão identificadas as fontes de informações disponíveis ao público, como nos Correios, que são os ofertantes do serviço, e na Receita Federal do Brasil, que participa do processo quando fiscaliza as mercadorias. Em seguida, serão analisadas as dificuldades de acesso e interpretações dessas informações.

Com o levantamento dos dados, o estudo também analisará o processo de importação passo-a-passo através do serviço e as vantagens e desvantagens do serviço em relação à importação através da habilitação no RADAR. Além disso, será

analisado as características dos sites de compra possíveis para os brasileiros, os meios de fretes possíveis no uso do Importa Fácil

A pesquisa a ser realizada no trabalho será descritiva, cujo foco principal é descrever as características significativas de algo, por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais, análise de processos.

Os procedimentos a serem utilizados para a pesquisa bibliográfica, documental e a análise de processos serão por meio de artigos, livros e teses existentes sobre o assunto, dados obtidos junto a esta bibliografia e dados obtidos através de institutos e/ou fundações que realizam pesquisas e estudos sociais e econômicos.

Para que os objetivos específicos sejam alcançados pretende-se realizar uma análise dos seguintes itens:

- Análise dos processos de utilização do serviço Importa Fácil dos Correios.
- Uma análise dos documentos necessários para o desembaraço na nacionalização das mercadorias para fins comerciais.
- Análise das dificuldades enfrentada pelos empreendedores de pequeno e médio porte na utilização do Importa Fácil.

4. EMPRESAS BRASILEIRAS E AS IMPORTAÇÕES

Entre os principais motivos que levam as empresas brasileiras a importar, estão à busca por bens e serviços que não são produzidos por empresa nacional, redução de custos através da compra de bens e serviços que são comercializados no mercado internacional a um preço inferior do praticado internamente e a busca por produtos de melhor qualidade (OLIVEIRA *et al.*, 2004).

O Brasil tem apresentado um significativo aumento no volume de importação e é um dos países que mais importa no mundo. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento da indústria e do Comércio (MDIC), a importação brasileira subiu de US\$ 120,6 bilhões, em 2007, para US\$ 223,1 bilhões, em 2012, um aumento de 85%. Neste quesito, a China é a principal parceira comercial do Brasil, sendo a origem de 15,4% do total das importações do Brasil, o que equivale em valores a US\$ 34.2 milhões. A participação das importações no PIB esta em 9,91%, um crescimento de 12,2% em relação a participação de 8,83% atingida em 2007 (MDIC, 2012).

É possível observar, por tanto, que apesar das relações comerciais entre o Brasil e a China nem sempre serem fáceis, às vezes marcadas por características adversas, principalmente pelo lado do Brasil com imposições de diversas sobretaxas *anitdumping* nos últimos anos, ainda assim, tais relações vieram crescendo ano após ano.

Várias grandes empresas brasileiras, hoje, cresceram ou até mesmo nasceram a partir do crescente comércio entre os dois países. Como exemplo do benefício que essas operações podem trazer ao Brasil, pode ser citadas empresas como a montadora Chery, fabricante chinesa de automóveis. A Chery começou suas atividades em território nacional importando produtos acabados no final de 2009. Atingindo 27 mil carros vendidos em 2011, porém, depois das novas tarifas aduaneiras impostas pelo governo neste mesmo ano, suas vendas caíram. Em 2013, com vendas de 10 mil carros, buscando reaver a participação perdida, começou a instalação da primeira fábrica que esta prevista para inaugurar em julho de 2014, em Jacareí, interior de São Paulo. Com a nova fábrica, planeja vender 30 mil unidades até o fechamento de 2014. E a expectativa é de chegar a 3% do mercado, com 150 mil unidades vendidas, até o ano de 2020. Também há planos de gerar 1.200 empregos diretos em um primeiro momento, podendo chegar a em torno

de 4.000 postos de trabalho nos anos seguintes (FERREZ, 2009; MATSUBARA, 2012).

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico de Jacareí, Emerson Goulart, a montadora chinesa está mudando a dinâmica de formação de trabalhadores. As novas oportunidades de emprego abertas contribuíram na construção da Fatec, de uma escola Federal e de uma nova unidade do Senai, para atender a crescente demanda. Além da fábrica de automóveis, a Chery também planeja erguer um parque de fornecedores nas proximidades de sua linha de montagem, o que economizaria tempo e dinheiro, e impulsionaria ainda mais a economia da região e do país (FERREZ, 2009; MATSUBARA, 2012).

Mas não só as grandes empresas importam produtos para o Brasil, muitas empresas de pequeno e médio porte já participam desse mercado de forma indireta, muitas vezes sem saber, por simplesmente comprar suas mercadorias de distribuidores, que funcionam como intermediário entre o fabricante e o comerciante varejista, importando esses produtos de um fornecedor estrangeiro. Empresas que participam do mercado de importação dessa forma, geralmente, poderiam aumentar sua margem de lucro e sua participação em parcela de mercado caso deixassem de comprar de um distribuidor para passar a importar por conta própria.

Isso se deve principalmente pelo fato de que quando a importação é feita de forma direta há uma enorme redução de custos operacionais e tributários, sem falar do aumento da capacidade de controle dos processos, o que indica um ganho em tempo e redução de estoques. Porém, existem alguns fatores que contribuem para que esse mercado não seja alcançado por muitas empresas. Primeiramente a falta de conhecimento em processos de importação, a diferença cultural, mas principalmente pela dificuldade em formar o preço de importação da mercadoria.

Por tanto, apesar do aumento das importações ocorrido nos últimos anos, o processo de importação é complexo e apresenta vários riscos. Ainda que, a importação possa ser realizada por qualquer pessoa física ou jurídica, normalmente, é realizada apenas por grandes empresas, que disponibilizam de recursos, mão de obra especializada e consegue barganhar preços pela economia de escala nos pedidos de grandes quantidades.

Para solucionar o problema da complexidade burocrática e tributária no processo de importação, os correios lançaram um serviço chamado de Importa Fácil, que nada mais é que uma solução logística para os importadores brasileiros que

necessitem importar objetos diversos, para utilização própria e/ou comercialização cujo valor aduaneiro não ultrapasse os US\$ 3,000.00 (três mil dólares) ou em moeda estrangeira equivalente (CORREIOS, 2014).

4.1. SERVIÇO IMPORTA FÁCIL

No serviço Importa Fácil dos Correios, para pessoas físicas são permitido a importação nos valores aduaneiro entre US\$ 500,00 (quinhentos dólares) até US\$3,000.00 (três mil dólares), ou em moeda estrangeira equivalente. Já para as pessoa jurídica esse valor é de até US\$ 3,000.00 (três mil dólares) ou em moeda estrangeira equivalente (CORREIOS, 2014).

A facilidade que o Importa Fácil trás é principalmente o burocrático, em que o empreendedor não precisará ter habilitação no Radar, e nem inscrição estadual no caso de pessoas físicas. Além disso, o desembaraço é feito pelos Correios por meio da Declaração Simplificada de Importação (DSI), pelo custo de R\$150,00, operando dentro do Regime Simplificado de Importação (RST) e utilizando do código tarifário da Tabela Simplificada de Produtos (TSP). Deste modo, para todas as mercadorias são cobrada a alíquota única do imposto de importação de 60%, mesmo quando, devido a acordos comerciais internacionais, a alíquota estipulada para o produto for menor que os 60%. Para efeitos de comparação a alíquota única de 60% substitui vários impostos que são cobrados sobre o valor dos produtos na importação com habitação no RADAR, como o Cofins, Pis/Pasep e I.P.I.. E os R\$ 150,00 de desembaraço substituem várias taxas, como a taxa Siscomex e as taxas de Serviços Portuários. Um estudo comparativo será apresentado mais adiante.

O desembaraço de remessas destinadas às pessoas físicas, sem destinação comercial e no valor de até US\$500,00 é efetuado por Nota de Tributação Simplificada (NTS) pelo pagamento de imposto de importação, cuja alíquota é de 60% sobre o valor aduaneiro da mercadoria. Não sendo necessária a contratação do serviço de desembaraço do Importa Fácil (CORREIOS, 2014).

O valor aduaneiro, sobre o qual incidirá o imposto, será a soma do valor dos bens integrantes da remessa postal, acrescida do custo de transporte (tarifa postal), caso seja contratado seguro, aqui também é somado o seguro relativo a esse transporte (seguro postal). Dependendo do local de destino, poderá ocorrer a cobrança do percentual de ICMS da cidade destino da remessa.

Porém, há varias limitações no Importa Fácil, tais como o valor da remessa que não pode ultrapassar os US\$ 3.000,00, o peso aceito é de no máximo 30 kg, em regra geral a maior dimensão não deve ultrapassar 105 cm e a soma do perímetro da lateral com comprimento da caixa deve ser menor ou igual a 2,00m. Além disso, como os Correios não estão autorizados a efetuarem a nacionalização de mercadorias que possuem algum tipo de controle prévio ao embarque ou na entrada no país por Órgão anuente/regulador brasileiro (ANVISA, MDIC, CNEN, INMETRO, IBAMA, etc), não será possível utilizar o Importa Fácil para importar estes tipos de produtos (CORREIOS, 2014)

O processo ocorre em várias etapas, desde a busca por um fornecedor, passando pela negociação em relação ao preço, frete, seguro, até a parte burocrática na saída do produto do país de origem e a entrada do produto no país de destino. Para cada etapa do processo há uma forma de se proceder.

A Normatização básica foi feita pela Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999. Estabelece os requisitos necessários para que as encomendas possam ser enquadradas no regime simplificado de tributação:

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições considerando o disposto no Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, com as modificações introduzidas pelo art. 93 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e pela Lei nº 9.001, de 16 de março de 1995, e tendo em vista o Decreto de delegação de competência, de 26 de dezembro de 1995, resolve:

Art. 1º O regime de tributação simplificada - RTS, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, poderá ser utilizado no despacho aduaneiro de importação de bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional no valor de até US\$ 3.000,00 (três mil dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, destinada a pessoa física ou jurídica, mediante o pagamento do Imposto de Importação calculado com a aplicação da alíquota de 60% (sessenta por cento), independentemente da classificação tarifária dos bens que compõem a remessa ou encomenda.

§ 1º No caso de medicamentos destinados a pessoa física será aplicada a alíquota de zero por cento.

§ 2º Os bens que integrem remessa postal internacional no valor de até US\$ 50.00 (cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) ou o equivalente em outra moeda, serão desembaraçados com isenção do Imposto de Importação, desde que o remetente e o destinatário sejam pessoas físicas.

§ 3º Os bens submetidos a despacho aduaneiro com base no RTS estão isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados.

A portaria também especifica a forma de tributação e os procedimentos tomados, pelas autoridades, quando houver indícios de falsidade ou adulteração dos documentos.

Art. 2º A tributação simplificada de que trata esta Portaria terá por base o valor aduaneiro da totalidade dos bens que integrem a remessa postal ou a encomenda aérea internacional.

§ 1º O valor aduaneiro será o preço de aquisição dos bens, acrescido:

I - da importância a ser paga pelo destinatário da remessa postal ou encomenda aérea internacional, conforme o caso:

a) à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT pelo transporte da remessa postal internacional até o local de destino no País;

b) à companhia aérea responsável pelo transporte da encomenda até o aeroporto alfandegado de descarga, onde são cumpridas as formalidades aduaneiras de entrada dos bens no País; ou c) à empresa prestadora de serviço de transporte expresso internacional e de entrega no local de destino no País, quando se tratar de encomenda expressa; e

II - do valor do seguro a ser pago pelo destinatário, relativo ao transporte e entrega da remessa postal ou da encomenda internacional, nos termos do inciso anterior.

§ 2º Na ausência de documentação comprobatória do preço de aquisição dos bens ou quando a documentação apresentada contiver indícios de falsidade ou adulteração, este será determinado pela autoridade aduaneira com base em:

I - preço de bens idênticos ou similares, originários ou procedentes do país de envio da remessa ou encomenda; ou

II - valor constante de catálogo ou lista de preços emitida por estabelecimento comercial ou industrial, no exterior, ou por seu representante no País.

Art. 3º O regime de tributação de que trata esta Portaria não se aplica a bebidas alcoólicas e a bens do capítulo 24 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM (fumo e produtos de tabacaria).

Art. 4º Na hipótese de encomenda transportada por empresa de transporte internacional expresso, porta a porta, o RTS não se aplica a bens destinados a revenda ou importados com cobertura cambial.

§ 1º No caso de encomenda transportada por empresa de transporte expresso internacional não se aplica, ainda, o disposto nos §§ 1º e 2º do art.1º

§ 2º A restrição de que trata o caput deste artigo não alcança as encomendas transportadas por empresa que apresente a correspondente declaração de importação em meio eletrônico e efetue o pagamento do Imposto de Importação devido pelos respectivos destinatários observado, para esse efeito, o estabelecido pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 5º A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto nesta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 1999.

Art. 7º Fica revogada, a partir de 1º de julho de 1999, a Portaria nº 316, de 28 de dezembro de 1995.

PEDRO SAMPAIO MALAN (Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999)

4.2. SITES INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO ONLINE

Os produtos estrangeiros têm alta demanda no Brasil por três motivos principais. Um dos motivos é pelo produto ser de alguma marca conhecida

mundialmente, dando status e elegância ao usuário. Outro motivo é a qualidade do produto, que pode não ter um similar brasileiro de mesma qualidade. Porém, para os empresários, o principal motivo para importar é o preço dos produtos, que sem os altos impostos praticados no Brasil podem ser muitas vezes mais barato que os produzidos no Brasil, permitindo uma maior margem de lucro.

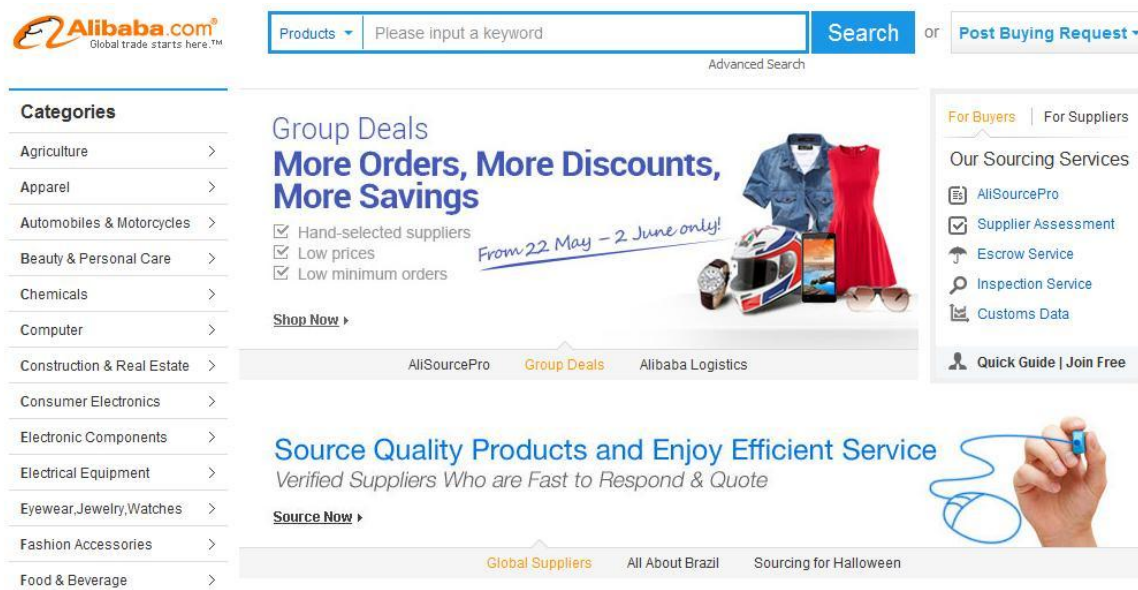
Esses sites são como um “shopping” de lojas online. Há vários sites de vendas online no exterior que fazem entregas no Brasil, como os americanos Amazon e Ebay, e os chineses DH Gate e Alibaba. Alguns sites, como a Amazon, são lojas online que possuem seu próprio estoque e vendem suas próprias mercadorias, apesar de permitir que outros também usem o site para vender mercadorias.

Já sites como o Ebay, Alibaba e DH Gate são sites que servem exclusivamente de plataforma de venda para comerciantes e vendedores particulares, ou seja, é formado por vários vendedores que disponibilizam seus vários produtos em suas “lojas”. Podemos encontrar, por tanto, um mesmo produto ou um produto similar com diferentes preços, formas de pagamento e formas de frete. É importante ressaltar que deve ser observado se o vendedor faz postagens para o Brasil e, para importar através do Importa Fácil, o envio da mercadoria deve ser feito por meio do operador oficial de Correios do país de origem.

A vantagem de sites com loja própria é que se a loja é confiável, geralmente, há um maior controle de qualidade de todos que vendem no mesmo local. Nos sites que servem apenas de plataforma de vendas podemos encontrar, por exemplo, vendedores honestos e desonestos e produtos de qualidade e sem qualidade, ou, até mesmo, réplicas e falsificações. Por tanto, em sites que servem de plataforma de venda, apesar de ser possível encontrar preços mais atrativos, pela maior concorrência entre os vários, comerciantes, exigem maior atenção e cuidado dos consumidores.

Outra característica que diferem os sites são que sites como o Alibaba são sites com comércio direcionado a vendas no atacado, tendo muitas das suas ofertas de produtos com um pedido mínimo alto. Enquanto, sites como o DH Gate, ebay e Amazon tem a maior parte dos produtos ofertados de forma unitária.

Um exemplo de site estrangeiro de vendas online:



Fonte: Site Alibaba

4.3. PROCEDIMENTOS INICIAIS DA IMPORTAÇÃO

As primeiras etapas ocorrem a partir da caracterização do produto a ser importado. Como já citado antes, os Correios não estão autorizados a efetuarem a nacionalização de mercadorias que possuem algum tipo de controle prévio ao embarque ou na entrada no país por Órgão anuente/regulador, exceto para as importações do serviço Importa Fácil Ciência, por tanto, deve-se verificar a lista de produtos permitidos, proibidos ou que requerem licenciamento não automático. A lista é encontrada no site dos correios (CORREIOS, 2014).

É também proibida a importação de produtos usados, réplicas ou falsificações, ficando sujeitos a apreensão pela aduana. Também, é importante destacar que a fiscalização abre os pacotes para averiguar a mercadoria, caso seja selecionado para fiscalização.

Decidido o produto a ser importado, começa a análise e seleção dos potenciais fornecedores. Para importar de forma mais segura e diminuir os riscos devem-se selecionar os fornecedores externos, através de análise e pesquisa de mercado, definindo os produtos a serem importados de acordo com as estratégias da empresa, assim como as necessidades do seu público-alvo (BERTO, 2004).

Analizada as necessidades da empresa, assim como o objeto da importação, inicia-se a pesquisa para identificar as empresas que fornecem as mercadorias.

Essa pesquisa pode ser feita nos sites de procura na internet, contatos da empresa ou indicações (BANRISUL, 2014).

Conhecida e escolhida à empresa fornecedora, ainda pode ser feito um estudo da empresa pela análise das demonstrações financeiras e aprovações nos programas de qualidade total.

Após, escolhido o produto e fornecedor, já com o valor da encomenda, deve se fazer um levantamento com a elaboração de uma Planilha de Estimativa de Custos da Importação, que estimará o custo total da operação. As transações internacionais iniciam-se pela cotação do produto, devido a particularidade da negociação, essa cotação geralmente é denominada de Proforma.

O imposto de importação (II), que incidirá sobre a encomenda, será de 60% da soma do valor da encomenda acrescidas do custo de transporte (tarifa postal), somado ainda com o seguro relativo a esse transporte (seguro postal).

O imposto sobre circulação de mercadoria (ICMS), que será uma percentagem do valor da mercadoria somado com a tarifa aduaneira, ou seja, será utilizada como base de cálculo, o valor do produto já taxado. O valor do ICMS varia de estado pra estado, existindo até mesmos estados isentos. Haverá uma taxa de R\$ 150,00 dos serviços de desembaraço dos Correios.

Os produtos não podem ser enviados por empresas particulares como Fedex, DHL, TNT. É importante solicitar que seu fornecedor/exportador envie a remessa através do Operador Público Postal do país, numa modalidade postal em que a importação chegue diretamente nos Correios do Brasil. Alguns países, como Dinamarca, Eslovênia, Suíça, entre outros, terceirizam a modalidade expressa, acarretando assim, o não recebimento da encomenda internacional pelos Correios. Para esse caso o recomendado é a utilização das modalidades postais econômicas ou prioritária (BANRISUL, 2014; CORREIOS, 2014)

As empresas interessadas em importar poderão valer-se de algum tipo de intermediário para concluir a operação tais como: agentes comerciais e representantes, corretoras, etc. Porém, no importa fácil, o mais comum são as cotações feitas pela internet diretamente entre o ofertante e o demandante da mercadoria (BERTO, 2004).

Na determinação do valor da cotação é necessário que certos itens sejam acordados. Os principais itens são: embalagem do produto para transporte; frete; prazo de entrega (BANRISUL, 2014; CORREIOS, 2014).

4.3.1. Documentos Necessários a Importação

No comércio internacional, os documentos desempenham importante função. Uma negociação internacional formaliza-se por meio de um contrato, podendo ser uma carta ou um fax onde se definam as condições da operação. Para facilitar o intercâmbio comercial, alguns documentos são padronizados, embora haja diferenciações de modelos conforme o país importador, mas o importante é que haja clareza nos dados e condições da negociação.

A título de exemplo serão apresentados os modelos contendo os dados essenciais.

4.3.1.1. Fatura Pro Forma - Pro Forma Invoice

O documento de responsabilidade do exportador, emitido a pedido do importador, para que este possa providenciar a Licença de Importação. Este documento formaliza e confirma a negociação, desde que devolvido ao exportador, contendo o aceite do importador para as especificações contidas.

Este documento não gera obrigações de pagamento por parte do importador. A fatura Pro Forma deve ser emitida no idioma do país importador ou em inglês (MDIC, 2014).

COMMERCIAL INVOICE / FACTURA PROFORMA

DATE OF EXPORTATION / Fecha de Exportacion		EXPORT REFERENCES / Referencia			
SHIPPER/EXPORTER / Exportador/Remitente (Complete Name and Address)		CONSIGNEE / Destinatario (Complete Name and Address)			
COUNTRY OF ORIGIN OF GOODS/Pais de Origen		IMPORTER/Importador (If other than consignee) (Complete Name and Address)			
COUNTRY OF DESTINATION / Pais de Destino					
AIR WAYBILL NO.					
MARKS & NOS. Marcas y Números	#of PKGS #de Envios	COMPLETE DESCRIPTION OF GOODS Descripción de Producto	WEIGHT Pesos	Quantity cantidad	TOTAL VALUE Valor Total

I DECLARE THAT THAT ALL INFORMATION CONTAINED IN THIS INVOICE TO BE TRUE AND CORRECT
 Declaro que toda la información contenida es verdadera

SIGNATURE OF SHIPPER/EXPORTER (TYPE NAME, TITLE AND SIGN)
 Firma del Exportador

Name: _____ Title: _____

Sign: _____ Date: _____


Fonte: (MDIC, 2014)

4.3.1.2. Conhecimento de Embarque

Este documento é emitido pela companhia transportadora para atestar o recebimento da carga, as condições de transporte e a obrigação de entrega das mercadorias no destino pré-estabelecido, conferindo a posse das mercadorias. É, ao mesmo tempo, um recibo de mercadorias, um contrato de entrega e um documento de propriedade (MDIC, 2014).


Como exemplo, a seguir, foram colocado os modelo dos conhecimentos de embarque da United States Postal Service (USPS), empresa de Correio dos Estados Unidos.

CN22 - Para encomendas, sem cobertura extra, pesando não mais de 2 kg e com conteúdos de valor não mais de US \$ 500 (formulário verde).

						USPS® Customs Declaration – CN 22 IMPORTANT: The item/parcel may be opened officially. See Privacy Notice on reverse of Sender's Instructions page. Please print in English and press firmly; you are making multiple copies.																																																								
<input type="checkbox"/> Documents <input type="checkbox"/> Commercial sample <input type="checkbox"/> Merchandise <input type="checkbox"/> Dangerous Goods <input type="checkbox"/> Gift <input type="checkbox"/> Humanitarian Donation <input type="checkbox"/> Other						From: Sender's Last Name _____ First _____ Business _____																																																								
Detailed description of contents (1) <table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <tr> <th style="padding: 2px 5px;">Qty (2)</th> <th style="padding: 2px 5px;">Weight lb. oz. (3)</th> <th style="padding: 2px 5px;">Value (US \$) (4)</th> <th style="padding: 2px 5px;">HS Tariff # (5)</th> <th style="padding: 2px 5px;">Country of Origin (6)</th> </tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td style="height: 40px;"></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 2px 5px;">Totals (7)</td> <td style="padding: 2px 5px;">\$</td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>						Qty (2)	Weight lb. oz. (3)	Value (US \$) (4)	HS Tariff # (5)	Country of Origin (6)																																														Totals (7)		\$			Address _____ City _____ State _____ ZIP+4® _____ Telephone/Fax or Email _____	
Qty (2)	Weight lb. oz. (3)	Value (US \$) (4)	HS Tariff # (5)	Country of Origin (6)																																																										
Totals (7)		\$																																																												
AES Exemption (8) <input type="checkbox"/> NOEEI § 30.37(a) <input type="checkbox"/> NOEEI § 30.37(h)						To: Addressee's Last Name _____ First _____ Business _____																																																								
I certify the particulars given in this customs declaration are correct. This item does not contain any undeclared dangerous articles, or articles prohibited by legislation or by postal or customs regulations. I have met all applicable export filing requirements under federal law and regulations.						Address _____ City _____ State/Province _____ Post Code _____ Country _____ Telephone/Fax or Email _____																																																								
Sender's Signature and Date (9) _____						Mailing Office Date Stamp _____																																																								

Fonte: Site da USPS

CP72 - Para encomendas, sem cobertura extra, com peso superior a 2 kg, ou conteúdos de valor não maior que 500 dólares (Formulário Azul).

 CP12345678XUS		United States Postal Service® Customs Declaration and Dispatch Note — CP 72	
IMPORTANT: This item may be opened officially. Please print in English, using blue or black ink, and press firmly, you are making multiple copies. See Privacy Notice and Indemnity Coverage on Sender's Copy.			
FROM: Sender's Last Name _____ First _____ MI _____		Insured Amount (US \$) _____ SDR Value _____ Insurance Fees (US \$) _____ Total Postage/Fees (US \$) _____	
Business _____			
Address (Number, street, suite, apt., P.O. Box, etc. Residents of Puerto Rico include Urbanization Code preceded with URB.) _____			
City _____ State _____ ZIP+4® _____		13. Sender's Customs Reference (if any) _____	
Telephone/Fax or Email _____		14. Importer's Reference - Optional (if any) _____	
TO: Addressee's Last Name _____ First _____ MI _____		15. Importer's Contact (select one) <input type="checkbox"/> Telephone <input type="checkbox"/> Fax <input type="checkbox"/> Email	
Business _____		16. License No. _____	
Address (Number, street, suite, apt., P.O. Box, etc.) _____		17. Certificate No. _____	
Postcode _____ City _____		18. Invoice No. _____	
State/Province _____ Country _____		For Commercial Senders Only 19. HS Tariff Number: _____ 20. Country of Origin of Goods _____	
1. Detailed Description of Contents (enter one item per line) _____		2. Qty. _____ 3. Lbs. _____ 4. Value (U.S. \$) _____	
_____		_____	
_____		_____	
_____		_____	
_____		_____	
_____		_____	
5. Check All That Apply: <input type="checkbox"/> Gift <input type="checkbox"/> Returned Goods <input type="checkbox"/> Dangerous Goods <input type="checkbox"/> Documents <input type="checkbox"/> Commercial Sample <input type="checkbox"/> Other <input type="checkbox"/> Merchandise <input type="checkbox"/> Humanitarian Donation		6. Other Restrictions: (pertains to No. 1f) _____	
10. AES/ITN/Exemption _____		7. Total Gross Wt: (all items Lbs. & Ozs.) _____ 8. Total Value US \$ (all items) _____	
12. I certify the particulars given in this customs declaration are correct. This item does not contain any undeclared dangerous articles, or articles prohibited by legislation or by postal or customs regulations. I have met all applicable export filing requirements under federal law and regulations. Sender's Signature and Date _____ Month _____ Day _____ Year _____		9. If non-deliverable: <input type="checkbox"/> Treat as Abandoned <input type="checkbox"/> Return to Sender <input type="checkbox"/> Redirect to Address Below	
11. Restrictions: <input type="checkbox"/> Quarantine <input type="checkbox"/> Sanitary or Phytosanitary Inspection		Mailing Office Date Stamp _____	
PS Form 2976-A , July 2013 PSN 7530-01-000-9834 Do not duplicate this form without USPS® approval. 4 -- Post Office Copy			

Fonte: Site DHL

Conhecimento de Embarque Marítimo (Bill of Lading - B/L)

Conhecimento de Embarque Marítimo - (B/L)	
CODE NAME: "CONGENBILL" - EDITION 1994	
Shipper	B/L Nº
BILL OF LADING	
TO BE USED WITH CHARTER-PARTIES	
Consignee	
Notify Address	
Vessel	Port of loading
Port of discharge	
Shipper's description of goods	
(of which on deck at shipper's risk: the carrier not being responsible for loss or damage howsoever arising)	
Freight payable as per CHARTER-PARTY dated: Received on account of freight: Time used for loading.....days.....hours	SHIPPED at the port loading in apparent good order and condition on board the vessel for carriage to the port of discharge or discharge or so near thereto as she may safely get the goods specified above. Weight, measure, quality, quantity, condition, contents and value unknown. IN WITNESS whereof the master or agents of the said Vessel has signed the number of Bills Of Lading indicated below all of this tenor and date, any one of which being accomplished the others shall be void.
Freight payable at	Place and date of issue
Number of original Bs/L	Signature

Fonte: (MDIC, 2014)

No caso aéreo:

I. Conhecimento de Embarque Aéreo (Airway Bill - AWB)

Conhecimento de Embarque - Aéreo (AWB)														
Shipper's Name and Address		Shipper's account number		Copies 1, 2 and 3 of this Air Waybill are originals and have the same validity										
Consignee's Name and Address		Consignee's account number												
Issuing carrier's Agent Name and City				Accounting Information										
Agent's IATA Code		Account No.												
Airport of departure (Addr of first carrier) and requested Routing														
to	Routing and destination		to	by	to	by	Currency	CHGS code	WT/VAL PPD	COLL	other PPD	COLL	Declared value for carriage	Declared value for customs
Airport of destination		Flight/Date for carrier use only		Flight/Date		Amount of Insurance		INSURANCE - If shipper requests insurance in accordance with conditions on reverse hereof, indicate amount to be insured in figures in box marked amount of insurance						
Handling Information														
No of pieces RCP	Gross Weight	Kg Lb	Rate Class Commodity Item No	Chargeable Weight	Rate / Charge	Total	Nature and quantity of goods (incl. dimensions and volume)							
<div> <div>Prepaid</div> <div>Weight Charge</div> <div>Collect</div> </div> <div> <div>Valuation Charge</div> <div>Tax</div> </div> <div> <div>Total other charges due agent</div> <div>Total other charges due carrier</div> </div> <div> <div>Total prepaid</div> <div>Total collect</div> </div> <div> <div>Currency Conversion Rates</div> <div>cc charges in Dest. Currency</div> </div> <div> <div>For Carriers Use Only at Destination</div> <div>Charges at destination</div> </div> <div> <div>Executed on (Date)</div> <div>at (Place)</div> <div>Signature of Issuing Carrier or its Agent</div> </div>														
<div> <div>Others Charges</div> <div>Insurance Premium</div> </div> <div> <div>Signature of Shipper or his Agent</div> </div> <div> <div>Total collect charges</div> </div>														

Fonte: (MDIC, 2014)

4.3.1.3. Fatura Comercial - Commercial Invoice

É o documento emitido pelo fornecedor que para o importador equivale à Nota Fiscal, cuja validade começa a partir da saída da mercadoria do território local e é imprescindível para o importador desembaraçar e nacionalizar a mercadoria (MDIC, 2014).

- I. Selecione o tipo de cadastro a ser realizado, conforme for o caso, e, em seguida, clique em “Continuar”.



The screenshot shows the Correios website interface. At the top, there is a logo and navigation links. Below the logo, there is a search bar and a language selector. The main navigation bar includes links for 'Busca CEP', 'Preços e Prazos', 'Endereçador', 'Agências', 'Disque Coleta', and 'Rastreamento'. The 'Para Você' section is active, showing icons for 'Enviar', 'Acompanhar', 'Receber', 'Comprar', 'Solicitar', and 'CorreiosNet Shopping'. The 'Importa Fácil' section is highlighted, with a sidebar menu containing 'Importa Fácil P. F./P. J.', 'Importa Fácil Ciência', 'Lista de pedidos', and 'Sair'. The main content area for 'Importa Fácil' displays the text 'Defina o tipo de contrato para a importação.' and a form with two radio button options: 'Pessoa Física / Pessoa Jurídica' and 'Ciência - Pesquisador / Entidade de Pesquisa'. The 'Pessoa Física / Pessoa Jurídica' option is selected. Below the form are 'Voltar' and 'Continuar' buttons.

- II. Digite o CNPJ no campo específico e clique em “Se ainda não é cadastrado, digite seu CNPJ e clique aqui.”.



The screenshot shows the Correios website interface, similar to the previous one. The 'Importa Fácil' section is active, and the sidebar menu is the same. The main content area for 'Importa Fácil' displays the text 'Cadastre/Gerencie suas importações acessando o sistema do Importa Fácil.' and a form titled 'Acesso ao Importa Fácil'. The form has two radio button options: 'Pessoa Física' and 'Pessoa Jurídica'. The 'Pessoa Jurídica' option is selected. Below the radio buttons are input fields for 'CNPJ:' and 'Senha:', followed by an 'Acessar' button. At the bottom of the form, there is a link that says 'Se ainda não é cadastrado, digite o seu CNPJ e clique aqui.'

- III. Como está é o primeiro acesso no site Importa Fácil, certamente não deve possuir o número de rastreamento do objeto, como também não deve possuir o Nº Localizador Pendente.

Desta forma, digite todos os dados solicitados na tela de cadastro do Importador, conforme demonstrado abaixo:

Importa Fácil

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Dados do Importador

CNPJ do importador:
36.895.457/0001-59

Nome completo do importador *: (?)

E-mail *: (?)

Inscrição Estadual: (?) Microempreendedor Individual (MEI): (?)
 ☐ Sim ☒ Não

CEP *: (?)

Endereço *: (?) Número *: (?)

Complemento: (?)

Bairro *: (?) Cidade *: (?) UF *: (?)
 ... ▼

Telefone *: (?) FAX: (?) Celular: (?)

Senha *: (?) Confirmar senha *: (?)

Cadastrar

- IV. Caso os dados sejam cadastrados com sucesso, assim será anunciado na tela.

The screenshot shows the Correios website interface. At the top, there is a navigation bar with links like 'Busca CEP', 'Preços e Prazos', 'Endereçador', 'Agências', 'Disque Coleta', and 'Rastreamento'. Below this, there are tabs for 'Para Você', 'Para sua Empresa', 'Para Fornecedores', and 'Sobre os Correios'. The 'Para Você' tab is active, showing icons for 'Enviar', 'Acompanhar', 'Receber', 'Comprar', 'Solicitar', and 'CorreiosNet Shopping'. The 'Importa Fácil' section is highlighted, showing a success message and a table for 'Pedidos de importação'.

- V. Como ainda não se tem o telegrama com o N°. Localizador Pendente, clique em "Clique aqui caso não tenha recebido o telegrama." (CORREIOS, 2014).

Importa Fácil

Número Localizador

The form is titled 'Recebeu o telegrama?' (Did you receive the telegram?). It contains the following text: 'Se você recebeu o telegrama da equipe Importa Fácil, verifique se consta neste telegrama o Nº Localizador Pendente na parte superior do texto e digite logo abaixo:' (If you received the telegram from the Importa Fácil team, check if it contains the Pending Locator Number in the top part of the text and enter it below:). Below this text is a text input field labeled 'Nº Localizador pendente' and a blue button labeled 'Cadastrar'. At the bottom of the form, there is a link: 'Clique aqui caso não tenha recebido o telegrama.' (Click here if you have not received the telegram).

- VI. Como, também, não se tem o N^o.(s) de rastreamento(s) do(s) Objeto(s) clique em "Não possuo o número de rastreamento, mas quero cadastrar o meu pedido."

Importa Fácil

Número do(s) objeto(s)

Você tem o código de rastreamento?

Se você possui o(s) N^o(s) de rastreamento do(s) objeto(s) (Ex.: XX7777777YY) digite(-os) logo a seguir, separados por vírgula.

Código de rastreamento do objeto

[Cadastrar](#)

[Não possuo o número de rastreamento, mas quero cadastrar o meu pedido.](#)

3º Cadastre o produto a ser importado no Importa Fácil

Ao ser apresentado as abas de cadastramento de sua mercadoria preencham as da seguinte forma:

- I. ABA ENTREGA: A primeira aba é referente ao endereço de entrega. Ela já virá preenchida com o endereço cadastrado na tela de "Cadastro Dados do Importador". Veja tela abaixo:

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega Remessa Itens Finalização

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

[Avançar](#)

CEP *: ?
05015050

Endereço *: ?
Rua Lacerda de Almeida

Número *: ?
1

Complemento: ?
apartamento

Bairro *: ?
Perdizes

Cidade *: ?
São Paulo

UF *: ?
SP

- II. ABA REMESSA: A aba seguinte é referente aos dados da mercadoria. Veja tela abaixo:

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega
Remessa
Itens
Finalização

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Voltar

Avançar

Moeda *: (?) Quant. de objetos (etiquetas)*: (?)

--

Valor da mercadoria*: (?) País Origem*: (?)

0,0000 --

Frete: (?) Seguro: (?) Peso bruto (em gramas): (?) Peso Líquido (em gramas): (?)

Negociação: (?)

☐ com cobertura cambial (Pagamento ao exterior/ contratação cambial)

☐ sem cobertura cambial (Não há contratação cambial)

Uso e finalidade da importação*: (?)

- III. ABA ITENS: Deverá ser preenchido com o código da Tabela Simplificada de Designação e de Codificação de Produtos (TSP) de cada item que compõe a mercadoria, bem como o valor unitário e sua descrição.

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega
Remessa
Itens
Finalização

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Voltar

Avançar

Valor da mercadoria Quant. de objetos (etiquetas):

0,0000 1

Descrição do item

TSP*: (?) Descrição TSP*: (?)

--

Descrição da mercadoria (Em português) e, se possível, informar marca, modelo, nº de série e referências*: (?)

Quantidade*: (?) Valor Unitário em MOEDA*: (?)

Incluir Item Alterar Item

Ação	TSP	Valor	Situação
------	-----	-------	----------

- IV. ABA FINALIZAÇÃO: O importador poderá revisar cada aba preenchida clicando em voltar ou clicando na aba que deseja realizar a alteração, bem como poderá finalizar o cadastro do seu pedido de importação. Clique em "Finalizar" (CORREIOS, 2014).

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega

Remessa

Itens

Finalização

clique no botão Finalizar

Voltar

Finalizar

- V. Será gerado o Nº do Procedimento de Importação. Logo abaixo será exibida as instruções a serem repassadas para o exportador/fornecedor que irá realizar a postagem no exterior.

Cadastro no Importa Fácil

Número do procedimento de importação: 482

Solicitar ao exportador/fornecedor que coloque na encomenda/remessa (caixa) o seguinte endereço com as informações

Importa Fácil Pessoa Jurídica
Nº IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO 482
Empresa: Fulano de Tal LTDA
SETOR DE DESEMBARAÇO DE IMPORTAÇÃO
CORREIOS DO BRASIL
BRASIL

Imprimir

Finalizar

VI. Após visualizar o modelo de endereçador clique em "Finalizar". Será exibida a seguinte tela:

English Fale com os Correios

Correios de A a Z Pesquisar

Busca CEP Preços e Prazos Endereçador Agências Disque Coleta Rastreamento

Para Você Para sua Empresa Para Fornecedores Sobre os Correios

Enviar Acompanhar Receber Comprar Solicitar CorreiosNet Shopping

Importa Fácil

Importa Fácil P. F./P. J.
Importa Fácil Ciência
Lista de pedidos
Sair

Importa Fácil

Pedidos de importação

Mostrar dados do importador

Ação	Data	Nº Procedimento	Nº Objeto	Situação
  	27/08/2012	482		Solicitado

Cadastrar um pedido de importação

4º Fechamento do negócio

Após cadastrar os produtos, será gerado um número de importação dos produtos cadastrados, deve ser solicitado ao exportador/fornecedor para colocar a Fatura Comercial (Commercial Invoice) com o número de importação do lado de fora da caixa (embalagem). No Conhecimento de Embarque, a remessa deverá estar endereçada para o Importa Fácil e, além do número de importação, deverá constar uma série de dados sobre o destinatário, da seguinte forma:

Importa Fácil Pessoa Física/Pessoa Jurídica (conforme o caso):

IMPORTA FÁCIL CORREIOS

Sr.(a)/Empresa:(nome do beneficiário da importação)

Tel.: (XX) XXXX-XXXX E-mail:.....(dados do beneficiário da importação)

Nº. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO:.....(gerado após cadastro da importação no site)

SETOR DE DESEMBARAÇO DE IMPORTAÇÃO

CORREIOS DO BRASIL

BRASIL

5º Emissão de Documentos de Embarque

Ao receber as mercadorias os Correios enviarão notificações por meio do seu endereço eletrônico ou por telegrama com cálculos de impostos e taxas do serviço de importa fácil, que devem ser pagas para prosseguimento no despacho aduaneiro. Procedendo com o pagamento conforme a Nota de Desembaraço enviada pelos Correios, deve-se aguardar a conclusão do despacho aduaneiro e o envio de confirmação de saída da remessa para entrega no endereço indicado (CORREIOS, 2014).

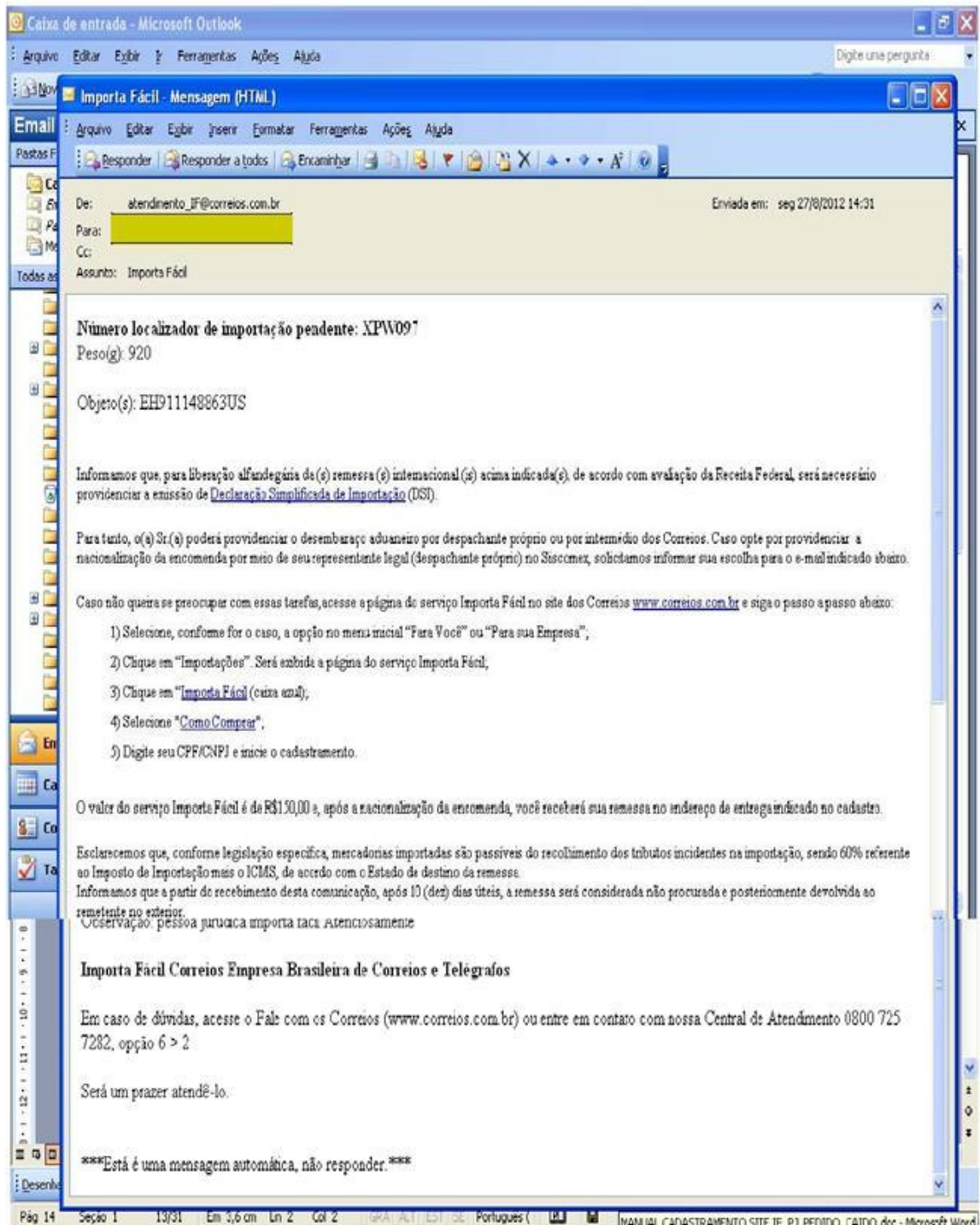
No segundo caso, o importador apenas compra a mercadoria. Quando os produtos chegam ao Brasil, a Receita Federal do Brasil detecta o valor das mercadorias entre US\$ 500,00 e US\$ 3.000,00. Então notifica o importador, via telegrama/e-mail informando o Número Localizador Pendente de Importação juntamente com o nº de rastreamento do objeto para o devido registro no Importa Fácil.

1º Recebimento da notificação com o número localizador

O número localizador pendente, enviado pela Receita, é alfa numérico composto de três letras e três números (refere se a uma remessa que chegou no Brasil e está no Recinto Alfandegado dos Correios. Abaixo o modelos de Telegrama:

<p>Número localizador de importação pendente: XPW097 Peso Bruto(g): 920 Objeto(s): EH911148863US</p> <p>Informamos que, para liberação alfandegária da (s) remessa (s) internacional (is) acima indicada(s), de acordo com avaliação da Receita Federal, será necessário providenciar a emissão de Declaração Simplificada de Importação (DSI).</p> <p>Para tanto, o(a) Sr.(a) poderá providenciar o desembaraço aduaneiro por despachante próprio ou por intermédio dos Correios. Caso opte por providenciar a nacionalização da encomenda por meio de seu representante legal (despachante próprio) no Siscomex, solicitamos informar sua escolha para o e-mail indicado abaixo.</p> <p>Caso não queira se preocupar com essas tarefas, acesse a página do serviço Importa Fácil no site dos Correios www.correios.com.br e siga o passo a passo abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Selecione, conforme for o caso, a opção no menu inicial ?Para Você? ou ?Para sua Empresa?; 2) Clique em Importações. Será exibida a página do serviço Importa Fácil; 3) Clique em Importa Fácil (caixa azul); 4) Selecione "Como Comprar"; 5) Digite seu CPF/CNPJ e inicie o cadastramento. <p>O valor do serviço Importa Fácil é de R\$150,00 e, após a nacionalização da encomenda, você receberá sua remessa no endereço de entrega indicado no cadastro.</p> <p>Esclarecemos que, conforme legislação específica, mercadorias importadas são passíveis do recolhimento dos tributos incidentes na importação, sendo 60% referente ao Imposto de Importação mais o ICMS, de acordo com o Estado de destino da remessa.</p> <p>Informamos que a partir do recebimento desta comunicação, após 10 (dez) dias úteis, a remessa será considerada não procurada e posteriormente devolvida ao remetente no exterior.</p> <p>Observação: pessoa jurídica importa fácil</p> <p>Atenciosamente</p> <p>Importa Fácil Correios Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos</p> <p>Em caso de dúvidas, acesse o Fale com os Correios (www.correios.com.br) ou entre em contato com nossa Central de Atendimento 0800 725 7282, opção 6 > 2.</p> <p>Será um prazer atendê-lo.</p>
SERVIÇO ADICIONAL
<p>REMETENTE</p> <p>Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos Importa Fácil - GEARA Rua Mergenthaler, 598 Bloco I Piso Térreo, CX. POSTAL 66045 Vila Leopoldina 05314 - 970 São Paulo/SP</p>
<p>DESTINATÁRIO</p> <p>Fulano de Tal LTDA Rua Doutor Franco da Rocha, 1 sobreloja Perdizes 05015 - 040 São Paulo/SP</p>

E o modelo de e-mail:



2º Cadastro no Importa Fácil

- Entrando no site dos Correios, no menu principal, escolha "Para sua Empresa" e clique em "Exportação & Importação". Selecione "IMPORTAÇÕES" e será exibida a página do serviço Importa Fácil, como na figura abaixo:



- II. Escolha o referente ao Importa Fácil destinado a pessoa físicas e pessoas jurídicas. No Item “Como Comprar” selecione “Cadastramento (Auto Atendimento)”



- III. Então, aparecendo a figura abaixo, selecione conforme o caso, “Importa Fácil Pessoa Jurídica”.



IV. Selecione novamente Pessoa Jurídica.



English Fale com os Correios

Correios de A a Z Pesquisar

Busca CEP Preços e Prazos Endereçador Agências Disque Coleta Rastreamento

Para Você Para sua Empresa Para Fornecedores Sobre os Correios

Enviar Acompanhar Receber Comprar Solicitar CorreiosNet Shopping

Importa Fácil

Importa Fácil P. F./P. J.
Importa Fácil Ciência
Lista de pedidos
Sair

Importa Fácil

Defina o tipo de contrato para a importação.

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Tipo de contrato *:

☒ Pessoa Física / Pessoa Jurídica
☐ Ciência - Pesquisador / Entidade de Pesquisa

Voltar Continuar

V. Preencha o campo específico com o CNPJ e clique em “Se ainda não é cadastrado, digite seu CNPJ e clique aqui.”.



English Fale com os Correios

Correios de A a Z Pesquisar

Busca CEP Preços e Prazos Endereçador Agências Disque Coleta Rastreamento

Para Você Para sua Empresa Para Fornecedores Sobre os Correios

Enviar Acompanhar Receber Comprar Solicitar CorreiosNet Shopping

Importa Fácil

Importa Fácil P. F./P. J.
Importa Fácil Ciência
Lista de pedidos
Sair

Importa Fácil

Cadastre/Gerencie suas importações acessando o sistema do Importa Fácil.

Acesso ao Importa Fácil

Tipo de importador:

☐ Pessoa Física ☒ Pessoa Jurídica

CNPJ: Senha:

36.695.457/0001-59 [] Acessar

Se ainda não é cadastrado, digite o seu CNPJ e clique aqui.
Se esqueceu a sua senha, digite o seu CNPJ e clique aqui.

VI. Preencha com os dados do importador.

Importa Fácil

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Dados do Importador

CNPJ do importador:
36.895.457/0001-59

Nome completo do importador *: ?

E-mail *: ?

Inscrição Estadual: ?

Microempreendedor Individual (MEI): ?

☐

Sim

☐

Não

CEP *: ?

Endereço *: ?

Número *: ?

Complemento: ?

Bairro *: ?

Cidade *: ?

UF *: ?

Telefone *: ?

FAX: ?

Celular: ?

Senha *: ?

Confirmar senha *: ?

Cadastrar

- VII. Caso os dados sejam cadastrados com sucesso, assim será anunciado na tela.

3º Cadastro da remessa

Para continuar o processo, cadastrando a remessa, clique em “Cadastrar um pedido de importação”.

- I. Com o Telegrama e/ou E-mail em mãos, verifique o Nº. Localizador Pendente informado e digite no campo específico e clique em “Cadastrar”.

Importa Fácil

Número Localizador

II. Então, serão apresentadas as abas de cadastramento da remessa. Em caso de dúvidas, pode-se clicar no botão “Ajuda Preenchimento”. Para ter auxílio sobre o campo que deseja preencher.

a) ABA ENTREGA: A primeira aba é referente ao endereço de entrega. Ela já virá preenchida com o endereço cadastrado na tela de “Cadastro Dados do Importador”, então, clique em “Avançar”.

Mostrar dados do importador

Entrega Remessa Itens Finalização

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Avançar

CEP *: ?
05015040

Endereço *: ?
Rua Doutor Franco de Rocha

Número *: ?
1

Complemento: ?
apartamento

Bairro *: ?
Perdizes

Cidade *: ?
São Paulo

UF *: ?
SP

b) ABA REMESSA: A aba seguinte é referente aos dados da remessa. O campo PESO BRUTO (em gramas) já virá preenchido conforme informado no telegrama/email.

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega Remessa Itens Finalização

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Voltar Avançar

Moeda *: ?
--

Quant. de objetos (etiquetas)*: ?
[]

Valor da mercadoria*: ?
0,0000

País Origem*: ?
--

Frete: ?
[]

Seguro: ?
[]

Peso bruto (em gramas): ?
920

Peso Líquido (em gramas): ?
[]

Negociação: ?
☐ com cobertura cambial (Pagamento ao exterior/ contratação cambial)
☐ sem cobertura cambial (Não há contratação cambial)

Uso e finalidade da importação*: ?
[]

c) ABA ITENS: Deverá ser preenchido com o código do TSP de cada item que compõe a remessa/mercadoria, bem como o valor unitário e sua descrição.

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega Remessa **Itens** Finalização

Os campos assinalados com (*) são obrigatórios

Valor da mercadoria 0,0000 Quant. de objetos (etiquetas): 1

Voltar Avançar

Descrição do item

TSP*: ? Descrição TSP*: ?

Descrição da mercadoria (Em português) e, se possível, informar marca, modelo, nº de série e referências*: ?

Quantidade*: ? Valor Unitário em MOEDA*: ?

Incluir Item Alterar Item

Ação	TSP	Valor	Situação
------	-----	-------	----------

d) ABA FINALIZAÇÃO: O importador poderá revisar cada aba preenchida clicando em voltar ou clicando na aba que deseja realizar a alteração, bem como poderá finalizar o cadastro do seu pedido de importação. Clique em **"Finalizar"**

Cadastro no Importa Fácil

Mostrar dados do importador

Entrega Remessa Itens **Finalização**

clique no botão Finalizar

Voltar Finalizar

4º) Será gerado o **Nº do Procedimento de Importação** Através do numero do procedimento de Importação é que o importador poderá acompanhar pelo site Importa Fácil o andamento do despacho/desembaraço de sua importação.



5º) Após clicar em "Finalizar", será exibida a página com a lista de cadastro e com o status dos pedidos de importação como "Solicitado".



4.4. DIFICULDADES NA IMPORTAÇÃO

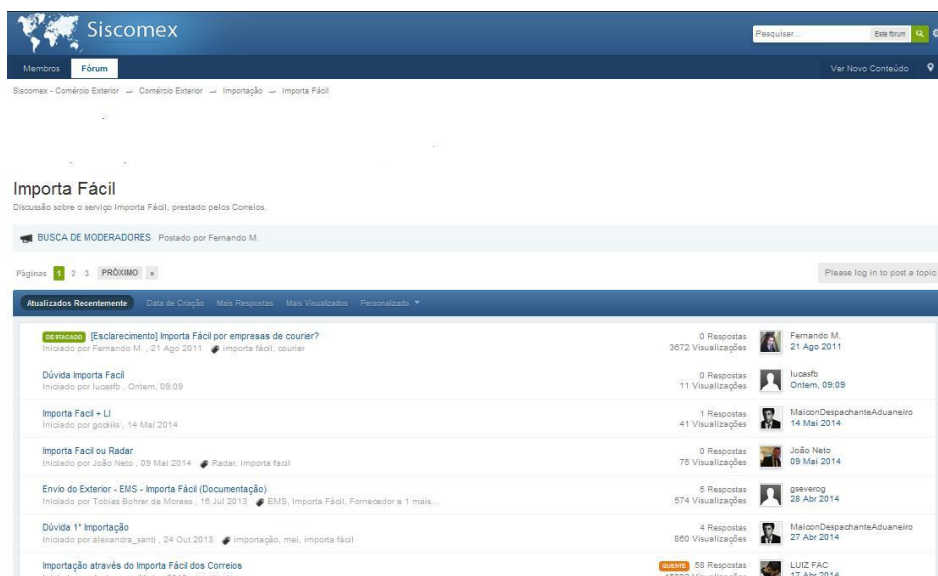
Para levantar os dados das dificuldades enfrentadas pelos empreendedores, foi feita uma análise das discussões em sites de Fóruns sobre o assunto.

Site de Fórum de discussão para internet é uma ferramenta destinada a juntar pessoas com o mesmo interesse, para promover debates através de mensagens publicadas abordando uma mesma questão. Geralmente os sites de fóruns são

direcionados a certos assuntos, como importações, eletrônicos, mercado financeiros, etc, e dentro dos sites eles são subdivididos em tópicos, que por sua vez são divididos em diversas salas com assuntos mais específicos. Por exemplo, um site sobre importação, é subdividido nos tópicos de Importa Fácil, Importação por Radar, Cálculos de impostos. Entrando no Tópico Importa Fácil há salas de discussão com assuntos como procedimentos do serviço, fretes possíveis, impostos a serem pagos, etc.

Assim, buscando informações sobre o Importa Fácil nos sites de fóruns direcionados aos interessados em importações, podemos encontrar muita informações e questionamentos sobre o serviço.

Os sites de fóruns utilizados na pesquisa foram o Siscomex (www.siscomex.com.br), ImportaBR (importabr.com.br) e o Compras no Exterior (www.comprasnoexterior.com.br). A seguir um exemplo de fórum no tópico Importa Fácil do site Siscomex, com diversas salas de discussões:



Fonte: (SISCOMEX, 2014)

Entrando na sala “Importação através do Importa Fácil dos Correios” será apresentada a sala de discussão. Na figura abaixo pode ser visto algumas postagens dos participantes do fórum:

Siscomex

Membros Fórum

Siscomex - Comércio Exterior → Comércio Exterior → Importação → Importa Fácil

Importação através do Importa Fácil dos Correios
Iniciado por Anderson, Jun 11 2010 22:14

Páginas 1 2 3 PRÓXIMO

58 replies to this topic

Anderson #1

Recém-chegado
Membros
2 Posts
Estado: São Paulo

Postou 11 Junho 2010 - 22:14

Olá!

Estive lendo alguns tópicos e vi a possibilidade de importar produtos para revenda através do importa fácil dos correios. Realizei algumas compras em sites da China que enviam produtos pelos correios com frete grátis. Gostaria de começar a revender esses produtos de forma legalizada através da internet. Minha intenção é realizar compras bem abaixo dos US\$ 3.000,00; cota limite pelo importa fácil dos correios.

Sei que precisarei abrir uma empresa para adquirir produtos nessa modalidade e revendê-los no varejo brasileiro. Poderiam me dar uma direção de que melhor maneira proceder? Qual tipo de empresa devo abrir?

PS.: A intenção é vender produtos como: acessórios para celular, carregadores, películas protetoras, suportes para carro, etc.

Desde já agradeço.

Pamela.Trader #2

Iniciante
Membros
8 Posts
Estado: São Paulo
Cidade: São Paulo

Postou 11 Junho 2010 - 22:48

Olá !! Boa Noite!!

A melhor sugestão, seria você procurar um agência do correio especializada nesta área.

Pamela Cristine
Pamela Cristine
Futura Trader!!

Anderson #3

Recém-chegado
Membros
2 Posts
Estado: São Paulo

Postou 12 Junho 2010 - 10:03

olá!

Os correios também poderão me informar sobre o tipo de empresa que preciso ter para revender esses produtos?

Obrigado.

"Pamela.Trader", on 11 Jun 2010 - 22:48, said:

Olá !! Boa Noite!!

A melhor sugestão, seria você procurar um agência do correio especializada nesta área.

Pamela Cristine

Fernando M. #4

CEO
Administradores
127 Posts
Twitter: @Martinevski
Estado: Rio Grande do Sul
Cidade: Porto Alegre

Postou 12 Junho 2010 - 12:15

"Anderson", on 12 Jun 2010 - 10:03, said:

olá!

Os correios também poderão me informar sobre o tipo de empresa que preciso ter para revender esses produtos?

Obrigado.

Anderson, acredito que o mais indicado para te ajudar nisso é um contador que veja o seu caso específico.

Além onde sei, qualquer empresa, desde que incluída em suas atividades a importação, poderá comprar do exterior e posteriormente revender no mercado interno.

Fernando M.

Fonte: (SISCOMEX, 2014)

Navegando entre as salas, e nos mais variados assuntos abordados dentro das salas, é possível perceber que há participantes com os mais diversos motivos ali, desde pessoas físicas querendo tirar dúvidas para fazer sua primeira compra, até pessoas jurídicas de pequeno porte com a intenção de fazer grandes importações. As dúvidas também são das mais variadas, desde compra de miudezas por pessoas físicas até procedimentos e custos de importação com habilitação no Radar das empresas. É muito comum encontrar usuários, geralmente pessoas físicas, que já importam com alguma frequência produtos com intuito de revender de forma

informal no Brasil, e buscam nos fóruns informações para burlar a Receita Federal e, assim, pagar menos impostos.

Buscando as informações sobre o Importa Fácil nos Fóruns, para a concretização da pesquisa, é possível verificar que muitos interessados em importações estão tendo diversas dificuldades e dúvidas na hora de concretizar o processo. Analisando três fóruns sobre importações (Siscomex, Importa Brasil, Fórum Guia de compras no exterior), é possível chegar as principais dúvidas e os principais erros cometidos pelos participantes dos fóruns.

Segundo Henrique Mascarenhas (2014), professor da GS Educacionais, os erros mais comuns cometidos pelos usuários dos Fóruns no uso do Importa Fácil são:

- Importar produtos que necessitem de licença de importação;
- Importar um valor acima dos US\$ 3.000,00;
- Usar uma empresa de transporte internacional não aceita pelos Correios do Brasil;
- Classificar incorretamente a mercadoria;
- Pessoa física importar produtos numa quantidade que indique finalidade comercial;
- Não orientar o fornecedor no exterior dos procedimentos de uso do Importa Fácil e;
- Não fazer o cadastro no Importa Fácil.

Também é possível constatar muitas dúvidas em relação ao serviço. Na pesquisa, as dúvidas foram separadas em 20 categorias. Ao todo 367 dúvidas foram levantadas e categorizadas. A partir dessas categorias, foram formuladas uma “Pergunta Paradigma” que representa a dúvida de cada uma das categorias. As perguntas estão em ordem de “importância”, de forma que a primeira questão foi a mais citada no fórum. Desta forma, as vinte principais dúvidas dos participantes dos fóruns em forma de “Pergunta Paradigma”, são:

1. Quais os procedimentos para usar o serviço?
2. Quais impostos devem ser pagos?

3. Quanto tempo leva o desembaraço através do Serviço?
4. Quais as formas de frete possíveis de ser contratadas para utilizar o serviço?
5. Quais as vantagens em relação a importar com habilitação no Radar?
6. Pode ocorrer dos tributos virem superiores aos estipulados (60%)?
7. Posso revender o produto importado pelo Importa Fácil?
8. Existem diferenças entre importar usando o serviço como Micro Empresário Individual, Empresário Individual ou Empresa de Pequeno Porte?
9. Quais as diferenças para Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas na utilização do serviço?
10. É permitido importar réplicas (falsificações) utilizando o serviço?
11. Qual o custo do Serviço Importa Fácil?
12. Como e onde ocorre a fiscalização?
13. É permitido usar o serviço para importar produtos usados?
14. Quais informações sobre o produto são compartilhadas entre os Correios e a Receita Federal do Brasil?
15. Quais produtos são proibidos?
16. Posso recusar uma encomenda que foi encaminhada ao Importa Fácil?
17. É possível importar produtos que requerem autorização de órgãos anuentes através do Serviço?

18. Quais informações são levantadas em relação a encomenda e quais ficam registradas nos Correios e na Receita Federal do Brasil?

19. Posso fazer uma compra e receber a encomenda de forma fragmentada?

20. É obrigatório o uso do Importa Fácil para produtos até os US\$ 3.000,00?

As dúvidas levantadas ficaram classificadas em números e percentagem da seguinte forma:

Dúvidas Importa Fácil																				
Pergunta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Nº dúvida	37	35	30	27	25	22	22	21	19	17	15	15	15	13	12	10	9	9	8	6
%	10%	10%	8%	7%	7%	6%	6%	6%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	3%	3%	2%	2%	2%	2%

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.5. BUSCANDO INFORMAÇÕES NOS CORREIOS

A resposta padrão recebida por quem procura ajuda sobre o funcionamento do serviço Importa Fácil, nas agências dos Correios em Curitiba, é a de ir buscar essas informações no site dos Correios. Pois, não existe nas agências, departamento ou pessoa responsável para atender a demanda por essas informações. Também foi dado um contato telefônico de uma pessoa de dentro dos Correios que, segundo o funcionário, poderia responder as perguntas.

Entrando no site dos Correios, para encontrar as informações sobre o serviço, deve se ir a seção “Para sua empresa”, em seguida a seção “Exportação e importação”. Nesta seção há dois links disponíveis (destacados na figura abaixo) a respeito do importa fácil, um com informações sobre o serviço, e outro com as perguntas mais frequentes.



Fonte: (CORREIOS, 2014)

Na primeira opção, há várias informações sobre o serviço. Acessando ela, é possível navegar entre as informações através das abas (destacadas na figura abaixo). Entre as informações disponíveis nesta área, estão os produtos permitidos e proibidos; manual de cadastramento no serviço; preço do serviço; impostos a pagar; restrições e limitações; etc.



Fonte: (CORREIOS, 2014)

A segunda opção contém uma série de perguntas, geralmente as perguntas mais básicas que frequentemente as pessoas mais têm dúvidas. Clicando no sinal de positivo (+), será apresentado a respostas para as perguntas.

English | Español | Acesso ao idCorreios | Fale com os Correios

Outros sites | Correios de A a Z

O que você procura?

Para você | **Para sua empresa** | Sobre Correios | Correios Online | Sistemas

Para sua empresa > Exportação e importação > Perguntas frequentes > Importa Fácil

Importa Fácil

Recomendar 0 | +1 0 | Tweetar 0

1. Que documentos deverão acompanhar a mercadoria/remessa para o Brasil?

a) FATURA COMERCIAL (Commercial Invoice) – é o documento emitido pelo exportador que serve de base para o desembaraço aduaneiro da mercadoria no país de destino, assumindo a função da Nota Fiscal para o mercado internacional. É obrigatória a apresentação da Fatura Comercial original assinada para desembaraço da mercadoria junto à Receita Federal e uma cópia desta para o fechamento do Contrato de Câmbio quando for efetuado após o embarque da mercadoria.

2. Existe algum limite de peso e dimensão para os objetos importados?

3. Existe algum limite quanto ao número de importações efetuadas?

Não há limites mensais para importação realizada pessoa jurídica, quanto à pessoa física, caso haja uma frequência que configure atividade comercial o importador poderá ser intimado pela Receita Federal para dar explicações.

4. É possível comercializar normalmente os produtos adquiridos via Importa Fácil no mercado nacional, sendo a empresa cadastrada no Simples Nacional (microempresa)?

5. É possível importar produtos de outros países para o Brasil via Importa Fácil?

Fonte: (CORREIOS, 2014)

4.6. RESPONDENDO AS PERGUNTAS PARADIGMAS

Após procurar as respostas no site dos Correios é possível constatar que a maioria das respostas para as principais dúvidas dos participantes dos fóruns poderiam ser respondidas apenas pesquisando o site dos Correios.

1. Quais os procedimentos para usar o serviço?

Visto anteriormente.

2. Quais impostos devem ser pagos?

Os impostos a serem pagos são o imposto de importação, que é sempre de 60% do produto, e o ICMS do estado destino da mercadoria, que varia conforme o estado.

3. Quanto tempo leva o desembaraço através do Serviço?

A celeridade de cada serviço posta de importação disponibilizada é variável de acordo com o tipo de modalidade de postagem contratado no correio estrangeiro (origem). Portanto, a modalidade expressa chegará antes do que a modalidade econômica, por exemplo. A identificação da modalidade postada no exterior é feita no Brasil pelo código do objeto, contudo o correio brasileiro não disponibiliza informações sobre os preços de postagem dos operadores postais externos, favor consultar diretamente no país de origem.

Para o serviço Importa Fácil o tempo de entrega é variável, devido ao cumprimento de eventuais exigências aduaneiras (laudos, vistorias, reexame de documentação e etc.) e envio dos recursos para recolhimento dos tributos. Dependerá também do tipo de modalidade de postagem contratada (expressa, prioritária ou econômica/encomenda normal) e do país exportador.

4. Quais as formas de frete possíveis de ser contratadas para utilizar o serviço?

Todas as encomendas devem ser enviadas através dos correspondentes postais internacionais, assim a entrega deve ser feita obrigatoriamente pelos Correios do Brasil.

Os produtos não podem ser enviados por empresas particulares como Fedex, DHL, TNT.

5. Quais as vantagens em relação a importar com habilitação no Radar?

As vantagens são principalmente a facilidade, comodidade e os custos. Para importações de quantidade e/ou valores de até US\$ 3.000,00, há uma vantagem nos custos. Apesar de ter um gasto fixo no desembaraço de R\$ 150,00 e um imposto de

importação fixo de 60%, ficará desobrigado a gastos como despachante, PIS, COFINS, que acabam encarecendo as importações. Além de, as importações pelo serviço, estarem dispensados de habilitação prévia no Radar, que também significa economia de tempo e custo.

6. Pode ocorrer dos tributos virem superiores aos estipulados (60%)?

7. Posso revender o produto importado pelo Importa Fácil?

Sim, desde que pessoa jurídica. Em se tratando de pessoa jurídica, com CNPJ e Registro Estadual em dia e sem pendências com a Receita Federal, poderá utilizar o serviço Importa Fácil para efetuar importações e revendê-las no Brasil, bastando apenas respeitar o limite de US\$3.000,00 por importação.

Quanto à documentação, o importador deve pedir que seu fornecedor envie o chamado “*Commercial Invoice*”, que marca o valor do produto fora da embalagem.

Ele serve como uma nota fiscal internacional, e apenas tem valor se o fornecedor o assina. Já a transportadora do produto emite o documento de Conhecimento de Carga. Deverão ser requisitados todos esses documentos para poder revender mais tarde os produtos.

Para pessoas físicas é proibida a importação com caracterização comercial. Caso ocorra da pessoa física ter sua encomenda caracterizada com destinação comercial, a Receita Federal irá estimar do valor da mercadoria e taxar com os devidos impostos sobre o valor estimado. A encomenda poderá ser retirada nas agências dos correios, com o pagamento dos impostos, ou, se o destinatário não concordar com o ocorrido, poderá fazer um pedido de revisão na própria agência dos Correios.

8. Existem diferenças entre importar usando o serviço como Micro Empresário Individual, Empresário Individual ou Empresa de Pequeno Porte?

9. Quais as diferenças para Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas na utilização do serviço?

Para pessoas jurídicas não há limites mensais de importações, contudo caso haja frequência nas importações efetuadas por pessoa física, tal ação poderá ser qualificada como atividade comercial e o importador poderá ser intimado à Receita Federal para dar explicações.

A importação por pessoa física somente poderá ser realizada em quantidade que não revele prática de comércio. As importações por pessoa jurídica pelo Correio devem ser efetuadas por meio do Regime de Tributação Simplificada por meio do importa fácil ou despachante próprio, mesmo quando o valor seja inferior a 500 dólares.

10. É permitido importar réplicas (falsificações) utilizando o serviço?

11. Qual o custo do Serviço Importa Fácil?

O valor do serviço do Importa Fácil é de R\$ 150,00, que corresponde aos serviços aduaneiros, somados a isso os impostos aduaneiros, que são sempre de 60% do produto, mais o ICMS do estado destino da mercadoria.

O pagamento da remessa importada é efetuado diretamente ao fornecedor, de acordo com o estabelecido entre as partes. Os Correios não intermediam esta etapa da importação.

No caso do serviço Importa Fácil, quanto ao pagamento do serviço de desembaraço aduaneiro, recolhimento de Imposto de Importação e do ICMS, o importador será informado quando a mercadoria chegar à alfândega para efetuar o pagamento via boleto bancário, conforme orientações da Nota de Desembaraço, que será enviada ao destinatário da encomenda.

12. Como e onde ocorre a fiscalização?

Todas as remessas postais internacionais são apresentadas e vistoriadas pela Alfândega na origem e no destino, e geralmente sujeitam-se a processos de desembaraço para que sejam nacionalizadas conforme as legislações de cada país.

No Brasil, as mercadorias no valor entre US\$ 500,00 a US\$ 3.000,00 podem ser desembaraçadas pelo serviço Importa Fácil dos Correios. Caso opte pela habilitação no RADAR, será feita uma conferência aduaneira identificando o importador, verificando a mercadoria e a correção das informações relativas a sua natureza, classificação fiscal, quantificação e preço, e fiscalizando o cumprimento de todas as obrigações.

A conferência é realizada por amostragem pela Siscomex por um dos quatro canais de conferência existentes: verde, laranja e vermelho:

- canal verde: o desembaraço da mercadoria é automático, sendo dispensado o exame documental e a verificação física;
- canal amarelo: é realizado somente o exame documental;
- canal vermelho: será realizado exame documental e a verificação física da mercadoria.
- canal cinza: após um exame documental, é feita a verificação da mercadoria com procedimento especial de controle aduaneiro, para verificar se não há ocorrência de fraude.

13.É permitido usar o serviço para importar produtos usados?

14.Quais informações sobre o produto são compartilhadas entre os Correios e a Receita Federal do Brasil?

15.Quais produtos são proibidos?

Resposta em anexo.

16.Posso recusar uma encomenda que foi encaminhada ao Importa Fácil?

Sim, a encomenda é devolvida ao remetente. O importador terá trinta dias, após o recebimento do aviso de chegada da mercadoria, para fazer os tramites necessário para formalizar a contratação do serviço de desembaraço dos Correios. Caso isso não ocorra, a mercadoria será devolvida ao remetente.

17.É possível importar produtos que requerem autorização de órgãos anuentes através do Serviço?

Os Correios não estão autorizados a efetuarem a nacionalização de remessas/mercadorias que possuem algum tipo de controle prévio ao embarque ou na entrada no país por Órgão anuente/regulador brasileiro (ANVISA, MDIC, CNEN, INMETRO, IBAMA, etc), exceto para as importações do serviço Importa Fácil Ciência.

Quando os Correios detecta um produto que necessita de autorização o importador é acionado para que tome as providências em relação a autorização com o respectivo órgão regulamentador.

18.Quais informações são levantadas em relação a encomenda e quais ficam registradas nos Correios e na Receita Federal do Brasil?

19.Posso fazer uma compra e receber a encomenda de forma fragmentada?

Sim, é possível que a encomenda venha em mais de um pacote com apenas uma única commercial invoice. Porém, o valor aduaneiro total não poderá passar dos US\$ 3.000,00.

20.É obrigatório o uso do Importa Fácil para produtos até os US\$ 3.000,00?

A utilização do serviço de importa fácil é opcional. Se preferir, o destinatário ou remetente pode escolher contratar um despachante ou realizar despacho próprio. No entanto, a importação de mercadorias cujo valor figura entre US\$ 501 a US\$ 3,000 serão desembaraçadas por DSI, assim, será necessário obter registro no Siscomex. O site da receita contém informações adicionais sobre o cadastro nesse sistema e os documentos necessários ao desembaraço de mercadorias. Existe uma taxa para utilizar o Siscomex, requisitos de cadastro no sistema, e necessidade de autorização prévia da Receita Federal do Brasil.

Porém, há dúvidas que não são esclarecidas ou as informações não ficam claras no site. São elas as questões 06, 08, 10, 13, 14, 18. Para tentar responde-las, foi consultando o plantão de atendimento da Receita Federal do Brasil, em Curitiba,

para tentar responder as perguntas restantes, foi possível chegar as seguintes respostas:

1. Pode ocorrer dos tributos virem superiores aos estipulados (60%) ou será sempre 60% sobre o valor que constar na commercial invoice?

Serão cobrados 60% sobre a soma do valor do produto, mais o frete e o seguro, caso seja contratado um seguro. Se houver desconfiança por parte da Receita Federal em relação ao valor constado no commercial invoice, será feito um arbitramento do preço, ou seja, será estipulado o valor que a Receita Federal considera apropriado para a mercadoria e a taxa será feita sobre esse valor estipulado pela Receita Federal.

Se os impostos vierem acima dos 60% do valor aduaneiro pago, o importador pode recorrer fazendo um “Pedindo de Reexame” das taxas com documentos que comprove o real valor, que consta no commercial invoice, para o calculo dos impostos. O pedido deve ser feito na própria agência dos correios. Como documentos que comprove o valor pago, são aceito documentos como a Fatura do cartão de crédito, no caso de pagamento com o cartão ou comprovante de transferência internacional.

Caso o importador já tenha pago o imposto e retirado a mercadoria, para contestar uma tributação equivocada, deverá requerer na agência dos Correios uma “Revisão do Valor Tributado”. Deverá ser feita a justificativa do pedido de revisão e anexado a documentação que comprove os valores efetivamente pagos.

Modelo de formulário de pedido de reexame dos impostos de importação:



PEDIDO DE REEXAME

Ilmo. Auditor Fiscal da Receita Federal

_____, residente na _____, CEP _____, telefone _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida em ____/____/____, pela(o) _____, CPF nº _____, tendo recebido Aviso de Chegada da E.C.T. sobre a existência da encomenda internacional, Ordem Postal nº _____, na Agência Postal _____, conforme NTS nº _____, vem mui respeitosamente requerer a V. Sa., que se digne reexaminar os valores atribuídos à referida encomenda pelos seguintes motivos:

Nestes Termos

Pede deferimento

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

Obs.: Juntar NTS, comprovante e documento comprobatório dos valores dos bens e qualquer outro elemento que comprove o mérito do pedido.

Modelo de requerimento de revisão:

REQUERIMENTO

ILMO Senhor
Auditor Fiscal da Receita Federal – SERPI/IRF

Eu, _____, residente à _____

_____, portador da Cédula de Identidade nº _____,

venho por meio desta, requerer a V.Sª.

☐ Revisão do valor tributado¹

☐ Verificação de conteúdo¹

☐ Recusa do objeto¹

☐ Outros _____

Referente a NTS (Nota de Tributação Simplificada) nº _____ / _____, em função do seguinte motivo:

Para tanto, anexo os seguintes documentos para justificar o meu requerimento de revisão do tributo:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____

Estou ciente de que arcarei com os custos decorrentes de tal operação, inclusive das taxas de armazenagem postal da encomenda nº _____, caso haja vencimento do prazo de recolhimento.

Data: ____/____/____

Nome e assinatura do destinatário ou representante Legal

CARIMBO DA UNIDADE

***ENCAMINHAR O OBJETO AO EXP/CTCI/GINOP, ACOMPANHADO DA
NTS/COMPROVANTE/REQUERIMENTO***

2. Existem diferenças entre importar usando o serviço como Micro Empresário Individual, Empresário Individual ou Empresa de Pequeno Porte?

Não existe diferença. São todas tratadas como pessoa jurídica. Destacando que na importação através do Importa Fácil dos Correios é dispensado a habilitação no Radar.

3. É permitido importar réplicas (falsificações) utilizando o serviço? A mercadoria pode ser apreendida?

Réplicas e pirataria não são permitidas, as remessas internacionais estão sujeitas à retenção pela Fiscalização Alfandegária do País de destino para verificação de conteúdo ou aplicação de tributos de importação, de acordo com a legislação de cada país, inclusive devolver ou apreender o objeto caso seja constatada irregularidade.

4. É permitido usar o serviço para importar produtos usados?

Produtos usados não são permitidos para revenda, apenas para uso próprio. No caso da necessidade de importar um produto usado, apenas poderá ser feito com autorização do Departamento de Operações de Comércio Exterior, DECEX.

5. Quais informações sobre o produto são compartilhadas entre os Correios e a Receita Federal do Brasil?

As informações sobre a parceria entre os Correios e a Receita Federal do Brasil são informações não disponíveis ao público.

6. Quais informações são levantadas em relação a encomenda e quais ficam registradas nos Correios e na Receita Federal do Brasil?

As informações que são levantadas pela Receita Federal do Brasil são informações não disponíveis ao público.

Diferença entre importar com Importa Fácil e Com Habilitação no RADAR

Para responder a questão 5 (Quais as vantagens do Importa Fácil em relação a importar com habilitação no Radar?) de forma mais detalhada, foram levantados os processos burocráticos para a habilitação no RADAR e os cálculos da diferença de custo entre a importação pelo RADAR e o Importa Fácil dos Correios.

Na importação pelo Importa Fácil é dispensada a necessidade de habilitação no RADAR. Para, aqueles que preferirem a importação por meio da habilitação no RADAR só poderá fazer a importação como pessoa jurídica. A Receita Federal do Brasil é o órgão responsável pela função de verificar as condições das empresas que desejam operar no comércio exterior, e se elas realmente foram criadas para operar com compra e venda de mercadorias no mercado internacional.

Dentro desse contexto, os auditores fiscais devem verificar na empresa demandante da habilitação, entre outras coisas:

- a comprovação da integralização do capital;
- a documentação de identidade do responsável pela pessoa Jurídica;
- os atos constitutivos e comprovantes de domicílio empresarial;
- alvará municipal de licença de funcionamento;
- certidões negativas; e
- provas existenciais do estabelecimento da empresa, comprovando de que efetivamente o local onde se desenvolve as atividades comerciais realmente existe, como fotos ou vistoria *in loco*.
- balanço patrimonial relativo ao último exercício encerrado ou balanço de abertura;
- balancete de verificação relativo ao mês anterior ao da protocolização do requerimento de habilitação; e
- demonstrativo de resultados, relativo ao último período encerrado.

Caso não seja possível à apresentação de um dos documentos acima deverá ser justificada por escrito e pode acarretar no indeferimento ou arquivamento do pedido.

Para comparar os encargos tributários foi simulada a importação de um produto qualquer no valor de US\$ 900,00, frete de US\$ 100,00, ICMS de 18% e I.P.I. de 25%. A conversão do dólar utilizada foi de R\$ 2,30 para US\$ 1,00.

Cotação do Dólar:	2,3
Valor Unitário (Em US\$):	U\$ 900,00
Valor Unitário (Em R\$):	R\$ 2.070,00
Valor do Frete (Em US\$):	U\$ 100,00
Valor do Frete (Em R\$):	R\$ 230,00
Alíquota de ICMS:	18%
Alíquota de I.P.I.:	25%

Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir a simulação da importação através do Importa Fácil:

REFERÊNCIA	VALORES
Valor Total da Mercadoria (Em US\$):	U\$ 900,00
Valor da Postagem (Frete) (Em US\$):	U\$ 100,00
Alíquota de ICMS:	18%
Serviço de Desembaraço:	R\$ 150,00
Valor da Mercadoria em Real (CIF)	R\$ 2.300,00
Imposto Importação: (I.I.) 60%:	R\$ 1.380,00
ICMS 18%	R\$ 807,80
Total do Imposto + Desembaraço:	R\$ 2.337,80
Valor Final Total	R\$ 4.637,80

Fonte: Elaborado pelo autor

Agora, a simulação da importação do mesmo produto através da Habilitação por RADAR. Diferentemente do Importa Fácil, em que é cobrado um valor fixo de R\$ 150,00 no desembaraço, na importação pelo RADAR, é necessário pagar vários impostos, que corresponde a uma porcentagem do valor base, como será apresentado a seguir. Também é cobrado os serviços portuários de 2% do valor

aduanheiro (valor do produto, mais frete e seguro), ou o valor mínimo de R\$ 487,00 (valor mínimo do estado do Rio de Janeiro).

Calculo dos impostos:

REFERÊNCIA			VALORES
Valor Total da Mercadoria (Em US\$):			U\$ 900,00
Valor da Postagem (Frete) (Em US\$):			U\$ 100,00
IMPOSTOS	PORCENTAGEM	BASE DE CÁLCULO	VALORES
Imposto de Importação (I.I.)	14,00%	2.300,00	R\$ 322,00
Imp.S/ Prod.Industrializ.(I.P.I.)	25,00%	2.622,00	R\$ 655,50
Taxa Siscomex			R\$ 214,50
Pis/Pasep	1,65%	3.327,22	R\$ 54,90
Cofins	7,60%	3.327,22	R\$ 252,87
ICMS	18,00%	4.633,87	R\$ 834,10
TOTAL DE IMPOSTOS			R\$ 2.333,87

Fonte: Elaborado pelo autor

Soma dos custos da importação através da Habilitação no RADAR:

REFERÊNCIA	VALORES
Mercadoria(s) Importada(s)	R\$ 2.070,00
Frete Internacional e Seguro Transporte Internacional	R\$ 230,00
Tributos Federais e Estaduais	R\$ 2.333,87
Outras Despesas	R\$ 487,00
VALOR FINAL TOTAL	R\$ 5.120,87

Fonte: Elaborado pelo autor

Através dos cálculos é possível chegar a conclusão de que a importação pelo Importa Fácil é mais vantajoso em termos de custo. Sem contar a maior simplicidade do serviço, comparado à habilitação do RADAR.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito analisar as dificuldades enfrentadas por empresas de pequeno porte no processo de importação pelo serviço Importa Fácil dos Correios. A análise buscou desvendar a natureza dessas dificuldades, o motivo pelos quais os empresários não conseguem as informações necessárias para a importação. A discussão sobre as dificuldades é ilustrada através da visita a sites de fóruns sobre importação, para levantar dados sobre as dificuldades enfrentadas pelos usuários na utilização do serviço Importa Fácil. Para tentar levantar as respostas foram feitas visitas a agências dos correios e plantões de atendimento da Receita Federal do Brasil, em Curitiba. Além de buscas em livros, artigos, e sites e fóruns de internet, além dos sites dos Correios e da Receita Federal do Brasil.

O governo brasileiro, com a intensão de proteger as indústrias nacionais, criou, através de políticas econômicas, algumas dificuldades as importações. A principal ferramenta para criar essas dificuldades são os impostos aduaneiros, desta forma, o governo aumentou os impostos de determinados produtos importados, como o dos automóveis importados, que tiveram seus IPI aumentados. Para manter o equilíbrio cambial, o governo aumentou os impostos sobre operações financeiras (IOF) para evitar que capitais especulativos entre no país, causando instabilidades a economia. Além disso, o Brasil, em 2013, abriu 39 processos *antidumping*, sendo considerado o país que mais abre processos protecionistas do mundo pela OMC. Junto a isso, também foram criadas algumas dificuldades burocráticas. Apesar das dúvidas e reclamações em relação ao excesso de demora e impostos no desembaraço das mercadorias, as suspeitas de um tipo de barreira burocrática não se sustentaram. O que se viu, foi uma dificuldade na obtenção de informações.

Na pesquisa foram apresentadas as principais dúvidas e dificuldades encontradas pelas empresas na importação de pedidos com valores entre US\$ 500,00 a US\$ 3.000,00 pelo serviço Importa Fácil dos Correios, serviço criado pelos Correios para facilitar esse nicho de comércio entre o Brasil e outros países.

Então, foram analisados os dados sobre as dificuldades enfrentadas pelas empresas e levantadas informações no intuito de esclarecer as dúvidas e derrubar

essas barreiras que impedem os pequenos e médios empresários de participarem do comércio internacional.

Antes de buscar as respostas para a questão levantada pelo presente trabalho foram perguntadas as pessoas, escolhidas aleatoriamente, as perguntas paradigmas. Devido ao alto número de pessoas que desconhecem o serviço, foi observado que como o serviço não é muito divulgado pelos Correios, percebe-se que quem não tem familiaridade ou tem pouca familiaridade com importação, não tem conhecimento do serviço. Já entre pessoas que fazem compras recorrentes ou tem algum tipo de interesse por importação com intuito comercial, algumas já ouviram falar do serviço, porém, poucos têm algum conhecimento sobre os procedimentos e taxas do serviço. Pois, para maioria destas pessoas, as compras a serem nacionalizadas, raramente ultrapassam os US\$ 500,00, ou seja, não alcançam valores que necessitariam a utilização do Importa Fácil.

Podemos notar, por tanto, que o Importa Fácil não é um serviço muito conhecido para pessoas que não são atuantes da área de importação. E através das pesquisas nos fóruns, também podemos concluir que as pessoas com interesse na área, mesmo conhecendo o serviço, não o conhecem suficientemente para sua utilização.

Buscando informações mais com pessoas especializadas, foram feitas visitas a duas agências dos Correios em Curitiba. Como na visita a primeira agência, que também é sede dos Correios em Curitiba, não foi encontrada ninguém que atendesse a demanda por essas informações, foi feita uma segunda tentativa em outra agência, sem sucesso também. Porém, funcionários de ambas as agências recomendaram que se buscassem essas informações no site dos Correios, no site haveria todas as informações necessárias. Também foi passado um contato telefônico que seria de uma pessoa de dentro dos Correios responsável por estas informações.

Entrando no site, buscando as respostas para as dúvidas dos participantes dos fóruns, é possível encontrar as respostas para uma parte das dúvidas. Outras foram respondidas ligando para o contato recebido nas agências dos Correios. E as questões relativo a fiscalização, foram respondidas com uma visita ao plantão de atendimento da Receita Federal do Brasil, em Curitiba.

Podemos concluir, por tanto, que apesar do serviço ter sido criado para facilitar a importação por parte de pequenos e médios empreendedores, o serviço

não esta sendo divulgado de maneira suficientemente clara, não há plantões de atendimento nas agências dos Correios ou publicações com informações detalhadas. Com uma busca no site dos Correios é possível achar muita informação sobre o serviço, porém não tem se mostrado suficiente. As informações poderiam estar dispostas nas agências de uma maneira mais acessível com folders autoexplicativos e plantões de atendimento para mais detalhes. O site poderia tem mais informações e de forma mais simples e fácil de navegar.

Apesar de o trabalho ter se baseado em grande parte sobre dados levantados em sites de fóruns da internet, muitos empresários, principalmente de locais mais afastados dos grandes centros urbanos, podem não ter o devido conhecimento de informática ou, até mesmo, podem não ter acesso irrestrito a internet. Esses problemas poderiam dificultar tanto o acesso às informações, como, principalmente, o acesso ao próprio serviço, já que o serviço funciona puramente online.

Além do Importa Fácil, também foi analisada a importação por meio da habilitação no RADAR. Porém, após levantar as necessidades burocráticas, para a devida habilitação no Siscomex, e os cálculos de custos, para comparar com os custos do Importa Fácil, foi concluído que é mais vantajoso a importação por meio do Serviço dos Correios.

5.2. LIMITAÇÃO DESSE TRABALHO

E os usuários dos sites de fóruns de importação podem buscar e participar das discussões dos fóruns pelos mais diversos motivos, desde tirar simples dúvidas de procedimentos ou até buscar informações com o intuito de sonegar taxas e impostos no processo de importação.

Diante desta situação, como os fóruns são discussões feitas por usuários que participam de forma anônima e, como já mencionadas, devido ao fato de as discussões abrangerem os mais adversos assuntos, desde informações básicas até formas ilegais de sonegar impostos, não é possível conhecer os participantes. Por exemplo, não é possível saber o grau de escolaridade do usuário, local de residência, nível de experiência em importação ou motivação da busca de informações sobre importação.

Isso pode influenciar nas pesquisas por não sabermos quais as dificuldades particulares dos participantes. Por exemplo, pode ser a falta de acesso a internet, a

capacidade de interpretar informações disponíveis ou a natureza de suas dúvidas. Muitos, apesar de experientes, estão em busca de informações sobre brechas na legislação ou fiscalização para pagar menos impostos.

5.3. RECOMENDAÇÕES

Considerando-se as limitações desse estudo, recomenda-se para futuras pesquisas, buscando um melhor entendimento sobre as fontes de informações, uma investigação da responsabilidade que cada órgão tem no processo de importação, principalmente da Receita Federal do Brasil e os Correios que é detentor do monopólio da prestação deste tipo de serviço no Brasil.

Também poderia verificar o grau socioeconômico e a motivação de se buscar informações sobre importação das pessoas que serviram fonte de dados para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALERIJI, Alberto. **JAC suspende fábrica e tenta reverter IPI maior com governo.**

Estadão. Economia & Negócio, São Paulo, SP, 2011

Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,jac-suspende-fabrica-e-tenta-reverter-ipi-maior-com-governo,85369,0.htm>>.

Acesso em: 08 Mai. 2014.

BANRISUL. **IMPORTAÇÃO FÁCIL:** Passo a passo. Saiba como ser um importador. Porto Alegre, RS, 2014.

Disponível em:

<<http://ww3.banrisul.com.br/internet/bfqzbe2bt.nsf/dir/importacao+passo-a-passo>>.

Acesso em: 09 Mai. 2014.

BBC. **Entenda a trajetória de valorização do real.** Londres, 2009

Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090508_realqanda_ac.shtml>.

Acesso em: 08 mai. 2014.

BERTO, André Rogério. **Como estimar custos na atividade de importação.**

Convibras, Congresso Virtual de Administração. 2004

BROGIO, Joel Rodrigues. **Barreiras Internacionais ao Etanol Combustível.** UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

CARVALHO, Lucas de Lima. **O novo protecionismo brasileiro e a ameaça ao investimento direto da China.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 104, set 2012. Disponível em:

<[http://www.ambito-](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12189&revista_caderno=16)

[juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12189&revista_caderno=16](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12189&revista_caderno=16)>.

Acesso em: 08 maio 2014.

CHADE, Jamil. **Brasil é o nº 1 em medidas protecionistas, diz OMC**. Estadão, Economia & Negócio. São Paulo, SP, 2014

Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,brasil-e-o-n-1-em-medidas-protecionistas-diz-omc,1131203,0.htm>>.

Acesso em: 08 mai. 2014.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada - A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. Editora UNESP, São Paulo, SP, 2004.

CORREIOS, **Importa Fácil**, Brasília, 2014

Disponível em:

<<http://www.correios.com.br/produtosaz/produto.cfm?id=5BF3945A-BCDF-F196-9DAF51A13BF8B83B>>

Acesso em: 06 mai. 2014.

CORREIOS, **MANUAL CADASTRAMENTO SITE IMPORTA FÁCIL PESSOA JURÍDICA**, Brasília, 2014

Disponível em:

<<http://www.correios.com.br/Produtosaz/complementos/pdf/MANUAL%20CADASTRAMENTO%20PESSOA%20JURIDICA.pdf>>

Acesso em: 09 mai. 2014.

DHL, **Dicas para preenchimento do Conhecimento de Embarque (WB)**, 2014.

Disponível em:

<http://www.dhl.com.br/pt/express/envio/dicas_sobre_envios/guia_waybill.html>

Acesso em: 08 Jun. 2014.

FERRAZ, Ciça. **Luis Curi - CEO da Chery Brasil**. Investimentos & Notícias, Digital Media Company – DMC, São Paulo, SP, 2009

Disponível em:

<<http://www.investimentosenoticias.com.br/ultimas-noticias/entrevistas/luis-curi-ceo-da-chery-brasil.html>>.

Acesso em: 10 mai. 2014.

G1. **Cai barreira ao etanol brasileiro nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, RJ, 2011

Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/12/congresso-americano-nao-prorroga-barreira-etanol-brasileiro.html>>.

Acesso em: 23 abr. 2014.

HOWELL, Thomas R.; BALLANTINE, Dewey. **Dumping: Still a Problem in International Trade**. NATIONAL ACADEMY PRESS, Washington,D.C. 1997.

Disponível em:

<<http://www.libertyparkusafd.org/lp/Hamilton/reports%5CDumping.pdf>>.

Acesso em: 05 out. 2011.

INMETRO. **Barreiras Técnicas às Exportações, 3ª Edição**. Rio de Janeiro, RJ, 2009

Disponível em:

<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/Manual_BarrTec2009.pdf>.

Acesso em: 24 abr. 2014.

INMETRO. **O que é o Acordo SPS?**. Rio de Janeiro, RJ, 2014

Disponível em:

<<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/faq/sps.asp>>.

Acesso em: 23 abr. 2014.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional. 8. ed** Editora Pearson Educacional, São Paulo, SP, 2010.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior, 4. ed**. São Paulo, Atlas, 1998. 492 p.

MATSUBARA, Vitor. **Chery assume operações no Brasil**. Quatro Rodas, Editora Abril S.A. São Paulo, SP, 2012

Disponível em:

<http://quatorrodas.abril.com.br/noticias/chery-assume-operacoes-brasil-319043_p.shtml>.

Acesso em: 10 Mai. 2014.

MASCARENHAS, Henrique. **Importa Fácil – Cuidados antes de usar**. Blog da GS Educacional. Belo Horizonte, MG, 2014.

Disponível em:

<<http://gseducacional.wordpress.com/2014/01/21/importa-facil-cuidados-antes-de-usar/>>.

Acesso em: 03 jun. 2014

MDIC – Ministério do desenvolvimento indústria e comércio exterior. **Balança Comercial Brasileira: Dados Consolidados 2007**.

Disponível em:

< http://www.desenvolvimento.gov.br//arquivos/dwnl_1365786833.pdf>.

Acesso em: 04 Abr. 2014.

MDIC – Ministério do desenvolvimento indústria e comércio exterior. **Balança Comercial Brasileira: Dados Consolidados 2012**.

Disponível em:

< http://www.desenvolvimento.gov.br//arquivos/dwnl_1365787109.pdf >.

Acesso em: 03 Abr. 2014.

MDIC. **Documentos de Exportação**. Aprendendo a Exportar, Brasília, 2014

Disponível em:

<<http://www.aprendendoaexportar.gov.br/informacoes/documentosdeexportacao.htm>>.

Acesso em: 05 jun. 2014.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de; SOUZA, Antônio Artur de; OLIVEIRA, Sidney Lino de; MORAIS, Karuza Antunes, **Estimação de Custo para importação**. Contabilidade Vista & Revista, UFMG, Minas Gerais, 2004.

Disponível em:

<<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/264>> Acesso em: 12 Nov. 2013.

SISCOMEX, **Siscomex**. 2014.

Disponível em:

< <http://www.siscomex.com.br/>>

Acesso em: 08 Jun. 2014.

TERRA. **Entenda limites para estrangeiro comprar terra no Brasil**. Economia, Terra, São Paulo, SP, 2011

Disponível em:

<http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201108251724_RTR_1314293097nN1E77N0Y3>.

Acesso em: 08 mai. 2014.

TINEVIMBO, Zvidza. **Dumping, antidumping and the future prospects for fair international trade**. University of Fort Hare, South Africa, 2008.

Disponível em:

<<http://www.libertyparkusafd.org/lp/Hamilton/reports%5CDumping.pdf>>.

Acesso em: 03 out. 2011.

USPS , **Find a Form**, 2014.

Disponível em:

< <https://about.usps.com/forms/>>

Acesso em: 08 Jun. 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VALLS, Lia. **Histórico da rodada Uruguai do GATT**. Estudos em Comércio Exterior Vol. I nº 3, Rio de Janeiro, RJ, 1997

Disponível em:

<http://www.ie.ufrj.br/ecex/arquivos/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf>.

Acesso em: 22 abr. 2014.

ANEXO

